

Friedman manifesta o seu apoio como regra monetária a “uma firme e estável taxa de crescimento da quantidade de moeda”, solução que reputa substancialmente conforme com a sua opção por um “limited government”⁽⁵²²⁾.

lado, a possibilidade de controlo discricionário da quantidade de moeda pelo banco central. Pretendia alcançar aquele primeiro objectivo através da consagração do princípio dos “100 per cent reserve banking”. Este expediente ajudava também a alcançar o segundo objectivo, na medida em que eliminava o redesconto e os poderes do banco central sobre as reservas da banca comercial. Para a consecução deste segundo objectivo concorriam ainda a eliminação da capacidade do banco central para realizar operações de *open market* e a eliminação dos seus poderes sobre as bolsas e o crédito ao consumo. Cfr. M. FRIEDMAN, [1], 134-138.

⁽⁵²²⁾ Cfr. M. FRIEDMAN, [1], [9], 186, [18] e [21], 8/9.

Fala-se no texto da regra referente à esfera monetária. Mas podem conceber-se regras obrigatórias também em aspectos relativos à política financeira e a outros aspectos da política económica (cfr., v.g., M. FRIEDMAN, [1], 136-138 e R. LUCAS, [10], 200). No que toca à política financeira, pode referir-se a *balanced full-employment budget rule*, que consiste na obrigação de o governo manter em equilíbrio o chamado orçamento de pleno emprego, que é o orçamento hipotético correspondente à situação da economia a laborar ao nível do pleno emprego (cfr. BAUMOL/BLINDER, 259). Em matéria de taxas de câmbio, Milton Friedman defende o automatismo do livre comércio de divisas, convencido de que o sistema de câmbios flutuantes é “condição fundamental para a integração económica internacional do mundo livre [sic] através do comércio multilateral” (cfr. M. FRIEDMAN, [2], 203).

Outros autores, declarando-se partidários de uma *política activa*, distinguem esta da *discretion* e sugerem a aplicação de *regras* como esta: a oferta de moeda aumentará 2% ao ano por cada 1% de desemprego que exceda 5%. Deste modo associar-se-ia o crescimento monetário à taxa de desemprego, conseguindo-se uma política monetária anti-cíclica (a quantidade de moeda aumenta quando a taxa de desemprego é elevada e baixa quando a taxa de desemprego é baixa), sem deixar lugar para a actuação discricionária das autoridades monetárias (cfr. DORNBUSCH/FISCHER, 294-296).

S. FISCHER, [2], 233, dá um exemplo de outro tipo: as autoridades monetárias manteriam, em princípio, uma *money constant growth rate rule*, sendo obrigadas a justificar *ex post*, dentro de um prazo determinado, perante uma comissão especializada do parlamento, todos os desvios relativamente àquela regra. “Não é claro para mim — escreve S. Fischer — se esta é uma *regra* ou se é *discretion*. É uma regra na medida em que pres-

Por outro lado, Henry Simons entendia que, enquanto não estivesse realizada a “financial good society”, a regra que deveria ser imposta por força de lei às autoridades monetárias era a de manter estável o nível geral dos preços. Também quanto a este aspecto Milton Friedman discorda de Simons. Não porque a “estabilidade dos preços a longo prazo” não seja o objectivo último das propostas de Friedman, para quem “a estabilidade monetária é um pré-requisito essencial da estabilidade económica” ⁽⁵²³⁾. Mas porque se trata de um objectivo que as autoridades monetárias não podem alcançar clara e directamente pelos seus próprios meios ⁽⁵²⁴⁾.

19.3.2. – Na *Presidential Address*, Milton Friedman retoma esta questão. Aí defende que “a conexão entre as acções das autoridades monetárias e o nível dos preços, embora inquestionavelmente presente, é mais indirecta do que a conexão entre as acções políticas das autoridades e qualquer um dos vários agregados monetários”. Acresce que a política monetária leva mais tempo para influenciar o nível dos preços (entre quinze e vinte e quatro meses) do que para influenciar qualquer um dos agregados monetários, sendo certo que tanto estes *time lags* como a dimensão dos efeitos variam com as circunstâncias.

Estas as razões que levam Friedman a concluir que tentar controlar directamente o nível dos preços equivale, com forte probabilidade, a transformar a política monetária numa fonte

creve às autoridades monetárias uma conduta esperada, mas deixa aquelas autoridades com suficiente poder para actuar rapidamente, se tal for necessário”.

⁽⁵²³⁾ Cfr. M. FRIEDMAN, [9], 184/185 e [22], 82.

⁽⁵²⁴⁾ “É inquestionável – escreve M. FRIEDMAN, [13], 193 – que existe uma conexão estreita entre acções monetárias e o nível dos preços. Mas esta conexão não é tão estreita, tão invariável e tão directa que o objectivo de alcançar um nível dos preços estável possa ser um guia adequado para as actividades quotidianas das autoridades monetárias”.

autónoma de perturbações económicas, em consequência de “false stops and starts”. Admitindo que a situação possa mudar à medida que for progredindo a nossa compreensão dos fenómenos monetários, Friedman conclui que “um agregado monetário é o melhor guia ou critério imediato para a política económica actualmente disponível”. Mas acrescenta que “importa muito menos qual o específico agregado monetário escolhido do que o facto de se escolher um” ⁽⁵²⁵⁾.

Dos agregados monetários possíveis, Milton Friedman escolhe a oferta de moeda e propõe a definição da *monetary rule* com base na taxa de crescimento da oferta de moeda. “No estado actual dos nossos conhecimentos — escreve ele — parece-me desejável estabelecer a regra em termos do comportamento da quantidade de moeda. A minha escolha neste momento seria uma norma legislativa que impusesse à autoridade monetária conseguir uma determinada taxa de crescimento da quantidade de moeda. Para este efeito, definiria a quantidade de moeda como a moeda em poder do público fora dos bancos comerciais mais todos os depósitos existentes nestes mesmos bancos. Especificaria que a autoridade monetária [o *Federal Reserve System*] deveria ocupar-se dela de modo que a quantidade total de moeda assim definida aumente mês a mês e, tanto quanto possível, dia a dia, a uma taxa anual de X por cento, em que X é um número entre 3 e 5. A definição de moeda adoptada e a taxa concreta de crescimento escolhida importam menos do que a escolha definitiva de uma definição específica e de uma específica taxa de crescimento” ⁽⁵²⁶⁾.

⁽⁵²⁵⁾ Cfr. M. FRIEDMAN, [18], 15 e [28], 308.

⁽⁵²⁶⁾ Cfr. M. FRIEDMAN, [13], 193/194, onde o professor de Chicago sugere que “o expediente de impor legislativamente uma regra sobre a quantidade de moeda pode conseguir na prática o que a um banco central independente cabe conseguir embora não possa realizá-lo”.

19.3.3. — Como justificam os monetaristas a sua *monetary rule*? Se quiséssemos simplificar, diríamos com Harry Johnson ⁽⁵²⁷⁾: porque, para Milton Friedman, “policy making is too difficult to be left to policy-makers”. Mas vale a pena aprofundar mais a compreensão desta proposta monetarista.

A observância da *constant rule* tem, para os seus defensores, a vantagem de libertar a política económica dos conhecimentos (ou da falta deles) acerca da dinâmica dos ciclos económicos, ao mesmo tempo que afasta de uma vez por todas a possibilidade de os choques monetários (e financeiros) aleatórios actuarem como fontes de instabilidade.

Ela constitui também uma garantia de que as economias deixarão de estar sujeitas a perturbações mais ou menos violentas da actividade económica provocadas ou agravadas pela “monetary disorder” decorrente da actuação discricionária das autoridades monetárias ⁽⁵²⁸⁾. A adopção das propostas friedmanianas tornaria praticamente impossíveis experiências

⁽⁵²⁷⁾ Cfr. *The Economist*, 23.OUT. 1976. Harry Johnson foi um autor acerca do qual Samuelson escreveu que “tinha uma posição estocástica em relação ao monetarismo — alguns meses criticava-o severamente, outros meses defendia-o” (cfr. P. SAMUELSON, [2], 15). Isto ajudará a compreender que Harry Johnson tenha sido (juntamente com Alan Walters, David Laidler e Brian Griffiths, entre outros) um dos subscritores do *Memorial to the Prime Minister*, carta aberta endereçada em Dezembro de 1972 ao primeiro ministro britânico, eleito pelo Partido Conservador. Neste documento, os seus autores afirmavam que a política de rendimentos que então estava a ser aplicada não passava de um paliativo de curto prazo (“um pedaço de gelo a obstruir o curso de um rio”) e propunham que o governo adoptasse como *regra* o controlo da oferta de moeda, que deveria crescer a uma taxa de 6% a 8% ao ano. Cfr. M. DESAI, [2], 7.

⁽⁵²⁸⁾ Mesmo aqueles dos monetaristas que admitem outras causas de instabilidade económica para além da má administração da oferta de moeda por parte das autoridades monetárias e que, por isso mesmo, não vêem na *monetary rule* uma panaceia para todos os males, entendem que ela constituirá, de todo o modo, um instrumento capaz de afastar o principal factor de instabilidade. Cfr. M. FRIEDMAN, [18], 17; E. SHAPIRO, 456 e VANE/ /THOMPSON, 119.

como as que ocorreram nos EUA em 1920/21, 1929-1933 e 1937/38 (grandes baixas de preços e de produção) ou durante a 1.ª Guerra Mundial e no imediato após-guerra, durante a 2.ª Guerra Mundial, em 1953/54 e em 1959/60 (ocorrência de fortes surtos inflacionistas) ⁽⁵²⁹⁾.

Ao fim e ao cabo, a grande vantagem da *monetary rule* será a de proteger a economia contra o 'papão' da inflação sustentada, anunciando regras do jogo claras e simples ⁽⁵³⁰⁾ e fornecendo soluções institucionais capazes de as fazer cumprir ⁽⁵³¹⁾, de modo a garantir a todos os agentes económicos um clima de

⁽⁵²⁹⁾ Milton Friedman recorre aos seus estudos empíricos para afirmar que "períodos de relativa estabilidade da taxa de crescimento da quantidade de moeda têm sido também períodos de relativa estabilidade da actividade económica, quer nos EUA quer em outros países", do mesmo modo que "períodos de ampla oscilação da taxa de crescimento da quantidade de moeda têm sido também períodos de amplas oscilações da actividade económica" (cfr. M. FRIEDMAN, [18], 16). Mas Friedman vai mais longe ainda na defesa da sua proposta de uma taxa de crescimento da quantidade de moeda entre 3% e 5% ao ano: "Uma taxa de crescimento da oferta de moeda substancialmente mais rápida — escreve ele, [9], 185 — significará inevitavelmente inflação; reciprocamente, uma inflação continuada de grandeza substancial não pode ocorrer sem uma tão elevada taxa de crescimento da oferta de moeda. Uma taxa de crescimento da oferta de moeda substancialmente mais lenta, sem falar do seu declínio absoluto, significará necessariamente deflação; reciprocamente, uma deflação continuada de grandeza substancial não pode ocorrer sem uma taxa de crescimento da oferta de moeda muito baixa ou negativa" (cfr. M. FRIEDMAN, [9], 185).

⁽⁵³⁰⁾ Alguns adeptos da *monetary rule* destacam, entre as suas vantagens, a da simplicidade. É o caso de KYDLAND/PRESCOTT, 487: "Numa sociedade democrática, é provavelmente preferível que as regras escolhidas sejam simples e facilmente compreendidas, de modo a ser óbvio quando as entidades responsáveis se desviam da regra definida". Dir-se-á mesmo existir uma espécie de *trade-off* simplicidade/flexibilidade, no sentido de que a flexibilidade da *discretion* seria incompatível com a simplicidade. Para uma crítica deste ponto de vista, cfr. W. BUITER, 652.

⁽⁵³¹⁾ Robert Lucas sustenta que a questão central da política macro-económica reside hoje em "determinar um conjunto praticável de limites quanto ao alcance da influência dos governos sobre a actividade económica e em elaborar soluções institucionais que tornem firmes aqueles limites".

estabilidade monetária (equivalente a estabilidade económica, na óptica dos monetaristas) que lhes proporcione as condições mais favoráveis à formulação e execução de “planos racionais”. Nas palavras de Milton Friedman, a regra do crescimento constante da oferta de moeda “parece ser o único expediente praticável actualmente disponível para converter a política monetária em pilar de uma sociedade livre, em vez de uma ameaça aos seus fundamentos”. Só ela proporcionará “um clima monetário favorável à actuação das forças básicas da iniciativa, engenho, invenção, trabalho duro e espírito de economia, que são as verdadeiras molas impulsionadoras do crescimento económico” ⁽⁵³²⁾.

Afastado o temor apocalíptico do ‘fim do mundo’, fica a promessa do regresso aos tempos do ‘capitalismo heróico’, alimentado, smithianamente, pelo *trabalho* e pela *parcimónia*... Temos de dar razão a Franco Modigliani quando afirma que, para os monetaristas, “ainda que um crescimento constante da quantidade de moeda não produzisse um mundo perfeito, ele produziria pelo menos o melhor dos mundos possíveis” ⁽⁵³³⁾.

20. — A crítica da “monetary rule”.

20.1. — O próprio Milton Friedman admite que “há pouco que dizer em teoria a favor da regra de que a oferta de moeda deveria crescer a uma taxa constante” ⁽⁵³⁴⁾. Não admira, por isso, que, tal como acontece a propósito de outras questões, todas as propostas de Friedman acerca da *monetary rule* assentem

“As democracias capitalistas — conclui R. LUCAS, [5], 566 — têm pago caro a sua negligência relativamente a esta questão ao longo da última década” [a década de 70]. Cfr. também R. LUCAS, [7].

⁽⁵³²⁾ Cfr. M. FRIEDMAN, [13], 194 e [18], 17, respectivamente.

⁽⁵³³⁾ Cfr. F. MODIGLIANI, [4], 4.

⁽⁵³⁴⁾ *Apud* E. SCHNEIDER, 114.

nas conclusões por ele extraídas da *análise empírica da experiência passada*, inclusive a própria definição da taxa de aumento da oferta de moeda ⁽⁵³⁵⁾.

É da sua análise da experiência passada que Friedman extrai as conclusões atrás referidas acerca dos efeitos da variação da quantidade de moeda sobre o nível do rendimento nominal e sobre o nível geral dos preços, bem como a conclusão, também atrás referida, segundo a qual, nos EUA como em outros países, os períodos de relativa estabilidade da taxa de crescimento da quantidade de moeda tinham sido igualmente períodos de relativa estabilidade económica, do mesmo modo que os períodos em que se registaram flutuações da taxa de crescimento da massa monetária tinham sido também períodos de grande flutuação da actividade económica ⁽⁵³⁶⁾.

A clara diferença de pontos de vista entre monetaristas e neokeynesianos acerca da *money constant growth rate rule* parece dar razão à tese friedmaniana segundo a qual “as diferenças básicas entre economistas são empíricas, não teóricas” ⁽⁵³⁷⁾. Como veremos melhor em outro momento, só aparentemente assim é. Cremos que o que está verdadeiramente em causa

⁽⁵³⁵⁾ “A experiência passada — escreve M. FRIEDMAN, [9], 184 — sugere que algo como um aumento de 3% a 5% da quantidade de moeda é exigido para a estabilidade dos preços a longo prazo”.

⁽⁵³⁶⁾ Repare-se na segurança de M. FRIEDMAN, [20], 335: “A razão por que acredito que se faria melhor com uma regra fixa, com uma taxa constante de crescimento da quantidade de moeda, é porque examinei a experiência dos EUA com a política monetária discricionária. (...) Desafio quem quer que seja a debruçar-se sobre a história monetária dos EUA e a apresentar qualquer outra conclusão que não seja a de que, na maior parte do tempo, as coisas teriam corrido melhor com a regra fixa. Ter-se-iam claramente evitado todos os maiores erros”.

⁽⁵³⁷⁾ Cfr. M. FRIEDMAN, [25], 234, onde pode ler-se, mais especificamente, sobre as questões afloradas no texto: “Muita da controvérsia que se tem levantado acerca do papel da moeda nas questões económicas reflecte, em minha opinião, diferentes respostas, implícitas ou explícitas, a questões empíricas”.

nesta controvérsia são diferentes entendimentos acerca das características das economias capitalistas (nomeadamente quanto à sua estabilidade intrínseca e quanto à capacidade para se auto-regularem) e acerca do papel que cabe ao estado no domínio económico e mesmo no domínio social.

Como já vimos a outros propósitos, os próprios resultados da análise empírica de Milton Friedman e seus colaboradores têm sido postos em causa, bem como os pressupostos metodológicos dessa análise. Muita contestação — e com boas razões — tem merecido o facto de Friedman transformar simples correlações entre variáveis — ainda que estreitas e observadas em períodos razoavelmente longos — em relações causais entre variáveis (ou entre alterações de variáveis) ⁽⁵³⁸⁾.

Deixando agora de lado estes aspectos, a verdade é que os críticos da *monetary rule* têm procurado infirmar os pontos de vista friedmanianos também com base em dados de natureza empírica.

Vários estudos relativos ao comportamento das economias capitalistas no período que decorreu entre o fim da Segunda Guerra Mundial e 1973 apuraram, porém, resultados que abonam fortemente em favor das políticas de estabilização levadas a cabo nos EUA e nos outros países capitalistas industrializados. A estabilidade evidenciada pelas economias capitalistas no após-guerra foi de tal modo encorajadora, que não faltou mesmo quem propusesse a definição dos ciclos económicos não já como flutuações do nível da produção mas antes como simples flutuações da taxa de crescimento da eco-

⁽⁵³⁸⁾ Em poucas palavras, a opinião de Samuelson: “Embora saiba que alguns *scholars* modernos têm tentado estabelecer, através de estudos históricos, uma concomitância empírica entre oferta de moeda e rendimento agregado, quero declarar aqui simplesmente que considero não convincente a prova inerente de relação causal de proporcionalidade simples e controlável” (cfr. P. SAMUELSON, [3], 1363).

nomia. Alguns mais otimistas não resistiram mesmo à tentação de considerar os ciclos económicos como coisa do passado, graças aos avanços da “tecnologia monetária” e da “tecnologia” utilizada em outros domínios da política económica.

Por outro lado, é hoje claro que a estabilidade do crescimento da oferta de moeda verificada nos EUA ao longo dos anos setenta não impediu que entre 1971 e 1976 a economia americana tenha atravessado um período de estabilidade sem precedentes, tanto no que se refere à inflação como no que toca à produção e ao desemprego. À persistência do *Federal Reserve System* em manter inalterada, ao longo do ano de 1974, a taxa de crescimento da oferta de moeda anunciada no início do ano atribuem vários autores uma grande quota de responsabilidade na grave crise que abalou a economia americana em 1974/1975. Em vez de adaptarem a expansão monetária às pressões inflacionistas derivadas da subida dos preços do petróleo, as autoridades monetárias mantiveram uma taxa de crescimento da oferta de moeda de 6%, o que teria provocado uma subida brutal das taxas de juro e uma baixa da produção industrial à taxa anual de 25% entre Setembro/1974 e Fevereiro/1975, a par de uma taxa de desemprego sem precedentes (9%).

A verificação de que os períodos de maior instabilidade registados na economia americana nas últimas décadas coincidiram com períodos de relativa estabilidade da taxa de crescimento da oferta de moeda tem dado força à conclusão dos críticos do monetarismo de que a estabilidade da taxa de crescimento da massa monetária não é suficiente para garantir a estabilidade da economia ⁽⁵³⁹⁾.

⁽⁵³⁹⁾ Cfr. F. MODIGLIANI, [3], 11ss.

20.2. — Com frequência as posições de monetaristas e (neo)keynesianos acerca da questão sobre que nos vimos debruçando aparecem equacionadas em termos de alternativa: *fixed rules* (*rules without feedback, open-loop rules*) *versus* *flexible rules* (*contingent rules, conditional rules, rules with feedback, closed-loop rules*); ou *constant rule versus discretion*; ou *rules versus authorities*; ou *law versus men*; ou *automaticity versus discretionary action*. E, colocada assim a questão, cremos que Samuelson tem razão quando afirma que, “em princípio, a escolha não se coloca nunca entre a actuação discricionária e a actuação não discricionária: porque quando os homens estabelecem um mecanismo definitivo que deve funcionar a partir daí, por si próprio, indefinidamente, isso implica um só acto de discricionarieidade que transcende quer a arrogância quer a capacidade potencial de causar danos de todos os actos repetidos de discricionarieidade insensata que possamos imaginar”⁽⁵⁴⁰⁾.

Por outro lado, é necessário tornar claro que os ‘activistas’ não defendem que as autoridades responsáveis pela política económica possam actuar de forma arbitrária: discricionarieidade não é o mesmo que arbitrariedade. A *discretion* deve traduzir-se em “decisões das autoridades competentes que, evidentemente, terão de ser coordenadas e baseadas em diagnósticos tão fidedignos quanto possível”⁽⁵⁴¹⁾, acompanhando as mudanças permanentes quer da economia quer dos nossos conhecimentos acerca dela.

A compreensão das medidas adoptadas no quadro da *discretion*, bem como a sua previsibilidade e credibilidade, só terão a ganhar se as autoridades anunciarem publicamente as motivações que presidem à política que se propõem seguir no

⁽⁵⁴⁰⁾ Cfr. P. SAMUELSON, [3], 1362/1363.

⁽⁵⁴¹⁾ Cfr. E. SCHNEIDER, 124.

futuro previsível ⁽⁵⁴²⁾. Cremos que esta preocupação com a previsibilidade e a credibilidade das políticas activas está na base do ponto de vista de Modigliani quando, ao mesmo tempo que defende que os dados disponíveis favorecem o uso da *discretion* relativamente à observância de uma regra fixa, admite a vantagem de estabelecer algumas limitações ao uso da *discretion*, particularmente em termos de um esclarecimento mais rigoroso dos objectivos a atingir e dos processos a utilizar ⁽⁵⁴³⁾.

Antes de referirmos alguns aspectos das críticas dirigidas pelos neokeynesianos à *monetary rule* dos monetaristas, diremos que o pano de fundo de grande parte delas reside na existência do pressuposto básico: a existência do que, parafraseando Arthur Okun, poderíamos chamar o *utópico paraíso dos liberais*. Em certa medida, são os críticos de Milton Friedman que parecem colocar-se, quanto a este ponto, na 'tradição de Chicago', que vem de Henry Simons, cujos pontos de vista referimos atrás.

Efectivamente, a operacionalidade da proposta monetarista pressupõe que as economias funcionam com base em mercados de concorrência perfeita (quer os mercados de bens e serviços, quer os mercados de crédito, das divisas ou da força de trabalho) e com (inteira) separação entre o estado e a economia. De lado ficam, pois, algumas das características fundamentais das economias capitalistas dos nossos dias, resultantes de transformações estruturais que se configuram irresistíveis: mercados monopolistas ou oligopolistas; presença de sindicatos e de organizações patronais fortes nos processos de negociação colectiva e intervenção do estado no mercado do trabalho — factores que, em regra, favorecem a inflexibilidade dos salários

⁽⁵⁴²⁾ Esta é uma ideia que parece ganhar crescente aceitação dos autores, ao menos nos EUA. Cfr. DORNBUSCH/FISCHER, 296.

⁽⁵⁴³⁾ Cfr. F. MODIGLIANI, [2], 244 e [3], 11-15.

na baixa; existência de espaços económicos nacionais (a *nação* como entidade económica) e papel do estado (do “estado económico”) como elemento de articulação da estrutura económica e da estrutura política do sistema; mercados mundiais dominados por um pequeno número de grandes conglomerados multinacionais e alguns cartéis de países produtores de matérias-primas; relações económicas internacionais complexas, que não deixam grandes hipóteses para um regime de câmbios flutuantes.

Dizem os críticos — e com razão — que, em um mundo assim, as propostas monetaristas não podem funcionar. Tal como defendia Henry Simons, enquanto não existir a “good financial society” (o tal *utópico paraíso dos liberais...*), temos de confiar numa boa base de *discretionary management*. É isto mesmo que quer dizer Samuelson quando escreve: “Compreendo que os adeptos de tais propostas [da *constant growth rate rule*] argumentem que resultados tão terríveis [como os que Samuelson atribui às propostas monetaristas] poderiam evitar-se se houvesse taxas de câmbio flutuantes, taxas salariais perfeitamente flexíveis, e nunca, nunca limites à taxa de juro ou quaisquer outros limites. Mas uma vez que não vivemos e não viveremos numa tal *never-never land*, legislar apenas uma parte do ‘pacote’ faria certamente mais mal do que bem” (544).

20.2.1. — Eric Schneider põe em relevo que a aplicação da *automatic rule* friedmaniana exige que o Banco Central possa satisfazer a dois requisitos fundamentais: 1) que ele esteja em condições de exercer um efectivo e pleno controlo sobre a oferta de moeda; 2) que ele não tenha de preocupar-se com os preços dos bens e serviços, as taxas de juro e a balança de pagamentos (545). Terão eles correspondência na vida real?

(544) Cfr. P. SAMUELSON, [3], 1363.

(545) Cfr. E. SCHNEIDER, 125.

Comecemos por este segundo requisito. Ele só poderia verificar-se se todos os preços, em todos os mercados, fossem perfeitamente flexíveis, isto é, se existisse o que Walter Heller chamou "frictionless Friedmanesque world without price, wage, and exchange rigidities — a world of its own making". Já dissemos atrás que não é isto o que mostra a realidade. E cremos que esta não se altera pelo facto de Milton Friedman afirmar que o grau de flexibilidade que se regista actualmente (ao menos na economia dos EUA) é o bastante para se conseguir que os preços e salários relativos variem o necessário para garantir a sua adequação às alterações dinâmicas dos gostos e das tecnologias ⁽⁵⁴⁶⁾.

Admitindo, portanto, um mundo de economias 'imperfeitas', caracterizadas por rigidezes de vária ordem (dos preços, dos salários, das taxas de câmbio), a única conclusão admissível parece ser a de que a aplicação de uma "fixed-throttled money-supply rule" (W. Heller) produziria necessariamente efeitos desestabilizadores: "condenar-nos-ia a longos períodos de estagnação económica ou a longos períodos de inflação, na medida em que os lentos processos de ajustamento de salários e preços, dado o forte poder de mercado existente, retardariam a reacção da economia à regra monetária, enquanto os responsáveis pela política económica aguardavam sem poderem tomar qualquer iniciativa" ⁽⁵⁴⁷⁾.

⁽⁵⁴⁶⁾ Cfr. M. FRIEDMAN, [18], 13 e [20], 335. Se as economias capitalistas são assim tão flexíveis (se o mecanismo dos preços "dispõe de uma boa dose de capacidade de ajustamento"), compreendem-se mal os ataques tão frequentes na literatura de inspiração monetarista contra os "agressivos monopólios do trabalho", responsabilizados pela rigidez das taxas salariais e pelas consequências fortemente negativas que os monetaristas dela derivam, nomeadamente como factor propulsor de elevados níveis de desemprego a par de taxas elevadas (e crescentes) de inflação. Ficam do mesmo modo enfraquecidas muitas das razões invocadas pelos monetaristas contra as políticas keynesianas do estado de bem-estar, acusadas de, entre outros 'crimes', produzirem rigidezes acentuadas no mercado do trabalho.

⁽⁵⁴⁷⁾ Esta é a conclusão acertada de W. HELLER, 331.

Nomeadamente no que se refere ao mercado do trabalho, a defesa da *monetary rule* significa sem dúvida que os governos, quando a anunciam publicamente, declaram também com toda a clareza que estão dispostos a aceitar qualquer taxa de desemprego que venha a revelar-se necessária para garantir a estabilidade dos preços, e que estão dispostos a manter a sua decisão por mais elevados que sejam os seus custos sociais e a consequente impopularidade dos governos.

Como salientam Samuelson e Nordhaus, “os salários diminuían facilmente durante as depressões do século XIX, pois as famílias desempregadas quase não conseguiam sobreviver”. Mas cremos, com estes mesmos autores, que “o estado de bem-estar não irá tolerar tal situação” (548). Isto é: em condições normais — excluindo o recurso a formas totalitárias e repressivas de governo — a aplicação da *regra de Friedman* revelar-se-ia económica, social e politicamente intolerável nas actuais sociedades capitalistas desenvolvidas (549).

20.2.2. — Quanto ao segundo requisito atrás referido, ele só poderia ter uma resposta positiva sem quaisquer reservas se a oferta de moeda fosse coincidente com o montante da moeda emitida pelo Banco Central, o que só aconteceria se

(548) Cfr. SAMUELSON/NORDHAUS, 313.

(549) Mais uma vez recorremos à lição de Samuelson (1977): “Não estou convencido, nem pela força dos argumentos teóricos nem pelos dados estatísticos até hoje disponíveis para diversas economias mistas, de que os benefícios que podem obter-se das políticas anti-inflacionistas rigorosas, mesmo a longo prazo, não tenham custos excessivos no que se refere aos níveis médios de desemprego e de crescimento. E mesmo que os benefícios superassem claramente os custos numa perspectiva de longo prazo, a história acontece apenas no presente e a humanidade não pode, nas condições actuais, fazer experiências académicas irreversíveis cujos resultados seriam inevitavelmente duvidosos e cuja execução poderia exercer pressão sobre o consenso político já tenso das nações modernas” (*apud* G. FEIWEL, [1], 167).

vigorasse a cláusula dos “100 per cent reserve banking”, proposta por H. Simons no *Chicago Program* e desejada também, como vimos, por Milton Friedman. Mas ela não está em vigor em nenhum país, nem se prevê que possa vir a estar algum dia.

Quer isto dizer, como é sabido, que o sistema bancário, através dos mecanismos do crédito, pode igualmente criar moeda, sendo certo que, para o mesmo montante da base monetária (a moeda emitida pelo Banco Central), pode variar muito o volume do crédito concedido e, portanto, o montante da moeda criada pelo conjunto do sistema bancário comercial. É certo que os bancos centrais dispõem de meios que lhes permitem exercer algum controlo sobre o volume do crédito concedido pela banca comercial (fixação da percentagem de reservas obrigatórias relativamente ao volume dos depósitos, intervenção sobre as taxas de juro, v.g.). Mas sem dúvida que há factores importantes condicionadores do volume do crédito concedido (e do volume da moeda bancária criada) que escapam ao controlo do Banco Central. Este argumento ganha maior peso ainda com a ‘descoberta’ (que não cessa de ampliar-se) de novos tipos de activos que são *quase-moeda* (“money-like substances”) e de novos meios de pagamento (cartões de crédito, crédito entre empresas, etc.) desenvolvidos pelos intermediários financeiros e que escapam quase por completo ao controlo das autoridades monetárias⁽⁵⁵⁰⁾.

Está seriamente posta em causa, portanto, a capacidade das autoridades monetárias de controlar efectivamente toda a oferta de moeda e de assegurar o cumprimento rigoroso da *money constant growth rate rule*, ano após ano, mês após mês, dia após dia, como pretende Milton Friedman. E isto porque está aqui em causa a própria noção de moeda.

⁽⁵⁵⁰⁾ Cfr. R. C. MATTHEWS, [1], 45; Ch. STOFFAËS, 4 e A. DUNNETT, 77-81.

Nos seus estudos empíricos e na definição da *monetary rule*, Friedman define moeda como a quantidade de notas e moedas em poder do público mais o montante dos depósitos à ordem e a prazo na banca comercial pertencentes a particulares (com exclusão, portanto, dos depósitos do estado e dos próprios bancos). Reconhece que, se por moeda se entendesse apenas o montante das notas e moedas em poder do público mais os depósitos à ordem, a taxa de crescimento da oferta de moeda seria menor. Ao contrário, se a definição de moeda fosse mais ampla — incluindo a noção anterior mais todos os depósitos a prazo, não só na banca comercial mas também em outras instituições (caixas de aforro, correios, etc.) —, a taxa de crescimento da oferta de moeda seria maior. Reconhece também a existência de uma ampla gama de activos que possuem em maior ou menor grau as qualidades de aceitabilidade geral e de valor nominal fixo que são as características principais da moeda. Daqui conclui que é algo arbitrário definir a linha de separação entre moeda e quase-moeda, obrigações ou outros títulos financeiros. Mas entende que, para a definição e execução da *monetary rule*, pouco interessa esta linha de separação ⁽⁵⁵¹⁾.

A generalidade dos monetaristas entende, aliás, que à *discretion* é preferível a fixação de uma *regra*, qualquer que seja a definição de moeda que se adopte. Tendem, assim, para desvalorizar a importância da noção de moeda para o debate teórico ⁽⁵⁵²⁾, embora esta posição se case mal com o relevo que a moeda (e o *money stock*) assume na análise teórica, na interpretação histórica e na formulação das propostas de política económica dos monetaristas.

⁽⁵⁵¹⁾ Cf. M. FRIEDMAN, [9], 172.

⁽⁵⁵²⁾ Cf. G. MACESICH, 111/112.

Na recensão crítica que publicou em 1965 sobre o livro de Milton Friedman e Anna Schwartz dedicado à história monetária dos EUA entre 1867 e 1960, James Tobin discorda deste pragmatismo simplificador dos monetaristas, por entender não ser indiferente o conteúdo, a composição do conceito de moeda. Sugere que pode haver “compositional effects” gerais e sistemáticos que aqueles dois autores ignoraram e equaciona algumas questões que, a seu ver, ilustram bem a importância que atribui a uma rigorosa definição do conceito de moeda quando se trabalha no domínio da teoria monetária. Porque incluem Friedman e Schwartz os depósitos à ordem e a prazo nos bancos comerciais — que não são meios de pagamento — na sua noção de moeda? E, se os incluem, porque deixam de fora depósitos do mesmo tipo em outras instituições financeiras? Quanto aos títulos da dívida pública detidos pelos particulares (que Friedman e Schwartz não consideram moeda), Tobin pergunta se a sua dimensão e composição não terão consequências no plano monetário. No seu estilo habitual, James Tobin ‘castiga’ Milton Friedman: “Às vezes Friedman e os seus seguidores parecem estar a dizer: ‘Nós não sabemos o que é a moeda, mas, seja ela o que for, a sua quantidade deveria crescer a uma taxa constante de 3 a 4 por cento ao ano’”⁽⁵⁵³⁾.

Esta ligeireza dos monetaristas acerca da aferição rigorosa da noção de moeda sofre a crítica de Tobin por mais uma razão: é que a velocidade de circulação da moeda pode variar conforme a noção de moeda que se adoptar⁽⁵⁵⁴⁾. Como vimos atrás, Henry Simons já tinha alertado para o risco de a *fixed quantity of money monetary rule*, se adoptada fora do quadro da “financial good society”, pode provocar “profundas mudanças do lado da velocidade”. Os monetaristas, no entanto, prefe-

⁽⁵⁵³⁾ Cfr. J. TOBIN, [4], 472/473.

⁽⁵⁵⁴⁾ Neste sentido, cfr. também P. SAMUELSON, [3], 1364.

rem admitir que a velocidade de circulação da moeda é relativamente estável e previsível, tese que os nekeynesianos contestam (a velocidade de circulação da moeda pode sofrer variações aleatórias), invocando que ela não é confirmada pela análise empírica, nem sequer pelo estudo de Friedman e Schwartz ⁽⁵⁵⁵⁾.

Mas o problema de saber se as autoridades monetárias têm ou não possibilidade de controlar toda a oferta de moeda tem que ver com outra questão fundamental que divide monetaristas e keynesianos (e que toca também a própria noção de moeda): a questão de saber se a oferta de moeda é um *factor exógeno* ou um *factor endógeno* relativamente à economia real ⁽⁵⁵⁶⁾.

Segundo o modelo quantitativista aceito pelos monetaristas, as variações da oferta de moeda são variações exógenas relativamente à economia, isto é, são determinadas autonomamente pelas autoridades monetárias e não em resposta a solicitações da vida real. A procura de moeda é que se ajusta à oferta de moeda (determinada e controlada pelas autoridades monetárias) através da variação dos preços. A aceitação do

⁽⁵⁵⁵⁾ Cfr. E. SCHNEIDER, 113-115 e G. MACESICH, 112. Uma das conclusões do *Radcliffe Committee* (1959) apontava exactamente no sentido de a realidade não confirmar a tese quantitativista da invariabilidade da velocidade de circulação da moeda, o que significa que não é possível prever rigorosamente o produto com base apenas na oferta de moeda (cfr. P. SAMUELSON, [1], 59).

O argumento de que a velocidade de circulação da moeda tem variado significativamente ao longo dos tempos foi utilizado por Walter Heller no diálogo directo que manteve com Milton Friedman em 1968. Segundo W. Heller, a *income velocity of money* variou nos EUA cerca de 28% entre 1960 e 1968, o que significaria que, no pressuposto de que ela se tivesse mantido constante, o produto nominal em 1968 teria sido de \$675 biliões de dólares e não de \$860 biliões de dólares (cfr. W. HELLER, 331).

⁽⁵⁵⁶⁾ Cfr. M. DESAI, [2], 3 e 200-203 e SHERMAN/EVANS, 318-328.

princípio da exogeneidade da oferta de moeda arrasta consigo a ideia de que as autoridades monetárias podem controlar em absoluto as variações da oferta de moeda, exactamente porque estas dependem inteiramente da gestão discricionária das autoridades, de acordo com critérios por elas próprios definidos, independentemente das necessidades reais da economia.

A este princípio, inscrito no paradigma quantitativista-monetarista, opõe-se a tese que defende ser a moeda uma *variável dependente*, o que significa que é a oferta de moeda que se ajusta à procura de moeda, isto é, às 'necessidades do comércio'. O princípio da *endogeneidade da oferta de moeda* foi defendido por Adam Smith e pelos adeptos da *Banking School* na célebre polémica dos anos quarenta do século passado com a *Currency School*. Na *General Theory* (caps. XVII e XVIII), Keynes parece aceitar a ideia de que o banco central pode controlar a quantidade de moeda em circulação, referindo-se mesmo à "quantidade de moeda tal qual é determinada pela acção do Banco Central" (557). Mas os autores que se reclamam do keynesianismo retomaram a tese smithiana da endogeneidade da oferta de moeda.

A tese quantitativista-monetarista, argumenta-se, poderia ter algum cabimento em economias em que só o ouro (ou qualquer outra mercadoria isoladamente) funcionasse como meio de pagamento ("commodity-money economies"). Mas

(557) Cfr. J. KEYNES, [1], 247. Esta não é uma leitura pacífica do ponto de vista de Keynes. Com observações ponderáveis, Paul Davidson sustenta que a endogeneidade da oferta de moeda é uma ideia que está presente em Keynes desde o *Treatise on Money* (1930). A própria noção de *elasticidade da produção igual a zero* como característica essencial da moeda (cfr. J. KEYNES, [1], 229-232) apontaria no sentido de que, do ponto de vista de Keynes, a moeda não cai na economia como o maná cai do céu, nem surge do ar como se fosse lançada de um helicóptero, nem a sua quantidade pode ser multiplicada pelo simples desvio para a sua produção de recursos produtivos adicionais. Cfr. P. DAVIDSON, 877-879.

não tem consistência quando se passa para as *credit-money economies* de hoje, em que a maior parte da moeda que circula é moeda criada através do sistema bancário comercial em resposta a pedidos de empréstimos por parte dos agentes económicos. Por isso nestas últimas a oferta de moeda tem de considerar-se *demand determined* (um *factor endógeno* relativamente à economia) e não *supply determined* (um *factor exógeno* relativamente à economia) como pode acontecer naquelas (v.g. em resultado da descoberta de novas minas de ouro). E a *endogeneidade da oferta de moeda* significa que, nas *credit-money economies*, as autoridades monetárias não podem controlar directamente e integralmente a oferta de moeda.

Este princípio é defendido no *Radcliffe Report*, onde se sustenta que, tendo todos os activos financeiros, em maior ou menor grau, as qualidades da moeda (i.é, não sendo possível separar em absoluto a moeda dos demais activos financeiros), a moeda “é criação do público, que escolhe atribuir determinadas qualidades a certos títulos”. O que significa que, em última instância, “as autoridades monetárias não podem parar a criação privada de moeda”. O que significa também que, mais tarde ou mais cedo, os particulares acabarão por criar instrumentos que substituam a moeda como meio de pagamento, se o sistema bancário não criar moeda de acordo com as solicitações da economia. Esta foi uma prática corrente no século XVIII, segundo informa Adam Smith⁽⁵⁵⁸⁾. E isto mesmo continua a verificar-se nos nossos dias, sob diversas formas, só não constituindo uma prática mais ampla e sistemática se o sistema

⁽⁵⁵⁸⁾ Cfr. A. SMITH, I, 545/546. A aceitação da teoria quantitativa por Ricardo veio diminuir a credibilidade do princípio da endogeneidade da oferta de moeda. Os “Bank Acts” promulgados em 1844 e 1845, ao acaatarem as teses da *Currency School* contra as propostas de Tooke, Fullarton e outros (*Banking School*) acabariam por consagrar o consenso acerca do ‘facto’ de serem as autoridades monetárias a controlar a oferta de moeda, pressuposto essencial das teses quantitativistas.

bancário responder adequadamente às necessidades do tráfico económico (⁵⁵⁹). A conclusão geral dos críticos do paradigma quantitativista-monetarista é, pois, a de que as autoridades monetárias, nas actuais *credit-money economies*, não têm capacidade para controlar em absoluto a oferta de moeda, nem a curto prazo nem a longo prazo. Cai assim por terra um dos pressupostos essenciais daquele paradigma.

20.2.3. — Quanto ao problema dos *time lags* em que os monetaristas fazem tanta força, os neokeynesianos, sem negarem a sua existência, não dramatizam a situação. As economias funcionam deste modo. Há que procurar conhecer melhor os fenómenos económicos, aprofundando o conhecimento teórico e a 'tecnologia' ao serviço da elaboração, da execução e do controlo das políticas económicas.

Há mesmo quem invoque um outro argumento contra as teses monetaristas: se tem que contar-se com um certo *time lag* entre a adopção das medidas de política activa e a produção dos seus efeitos — e esse *time lag* existe, embora relativamente curto (três a seis meses) e facilmente previsível —, não se vê qualquer razão para que um lapso de tempo semelhante não se verifique relativamente à produção dos efeitos das "natural stabilizing forces". E, sendo assim, é preferível uma política activa a uma

(⁵⁵⁹) Cfr. N. KALDOR, [1], 7/8: "O que, em qualquer época, é considerado como 'moeda' são aquelas formas de títulos financeiros vulgarmente usadas como meios de liquidar dívidas. Mas qualquer escassez dos tipos de moeda vulgarmente utilizados conduzirá à emergência de novos tipos; na verdade, foi assim que historicamente surgiram as primeiras notas de banco e os pagamentos por cheque".

Alguns autores (D. LAIDLER, [1], e J. TOBIN, [7], v.g.) salientam mesmo uma certa contradição dos monetaristas a este propósito. Adeptos das virtudes do *laissez-faire* e das capacidades de inovação da iniciativa individual, os monetaristas negam estas capacidades e aquelas virtudes quando se trata do sector financeiro, no qual todos os agentes económicos seriam vítimas indefesas do poder discricionário das autoridades monetárias.

política que mantenha as autoridades monetárias quietas, qualquer que seja a “direcção em que sopra o vento” ⁽⁵⁶⁰⁾.

Os monetaristas põem muita ênfase na afirmação de que a sua *do nothing rule*, ao proporcionar a estabilidade monetária, oferece o quadro ideal para a actuação ‘racional’ dos agentes económicos e para a eficiência da economia. Mas também neste terreno aparecem críticas de peso. Em um mundo marcado pela *incerteza* (com relevo para a que resulta dos “long and variable time lags”), os monetaristas sustentam que é difícil escolher, no quadro da *discretion*, a melhor *contingent rule*, mesmo que a entidade responsável pela política económica seja bem informada, competente e bem intencionada.

A este argumento responde Willem Buiter alegando que, em favor do poder discricionário das autoridades monetárias, sempre milita um dado indesmentível: o de que, num mundo de incertezas e em rápida mutação, só a *discretion* permite utilizar, em cada momento, toda a informação disponível para fazer um diagnóstico correcto e decidir o modo mais adequado de enfrentar a situação. Nisto consiste a *racionalidade* das políticas activas de *fine tuning* em confronto com as *fixed rules* que amarram as autoridades monetárias à informação disponível no momento da definição da *regra*, desprezando toda a informação posterior. A opção dos monetaristas por uma regra fixa não pode, pois, basear-se nas dificuldades resultantes da existência de *time lags* longos e variáveis. Só pode justificar-se pela ideia de que a *discretion* significa, para os monetaristas, “deixar poderosos instrumentos com efeitos incertos nas mãos de pessoas ou instituições com capacidades limitadas e por vezes com motivações duvidosas” ⁽⁵⁶¹⁾.

⁽⁵⁶⁰⁾ Cf. J. M. CULBERTSON.

⁽⁵⁶¹⁾ Cf. W. BUITER, 650/651.

20.2.4. — Em coerência com as teses friedmanianas que abordámos em outro lugar, os monetaristas defendem que a *fixed rule* visa apenas influenciar as grandezas nominais (preços, rendimento monetário, taxa de câmbio), aceitando as consequências que se verificarem, quaisquer que elas sejam, no que toca às grandezas reais (emprego, produção).

Comentário frontal de James Tobin: “Defendo que as autoridades monetárias não devem nem podem escapar à responsabilidade pelos resultados macroeconómicos reais”. E isto porque, do ponto de vista económico, não considera válida, nem teórica nem empiricamente, a dicotomia entre operações de política económica reais e nominais, cabendo nesta última categoria as operações de política monetária. E porque, no plano político, o nível do emprego, a taxa de crescimento real e as variáveis com ele relacionadas são factores com grande peso na opinião pública e nos ‘mercados políticos’, não sendo realista admitir que os bancos centrais possam manter-se à margem de objectivos políticos altamente valorizados pelas sociedades que servem.

Respondendo directamente à tese defendida por Milton Friedman na *Presidential Address*, segundo a qual “a política monetária não pode fixar [“peg”] as grandezas reais a níveis pré-determinados”⁽⁵⁶²⁾, James Tobin diz que tudo depende do significado do verbo *to peg* usado por Friedman. A política monetária não pode pretender, v.g., fixar valores mínimos para o desemprego com a ideia de que esses valores fiquem invariáveis para todo o sempre. Mas coisa diferente é ter em conta as condições concretas do mercado do trabalho em determinada conjuntura e, perante essas condições, encontrar meios de fazer baixar a taxa de desemprego. Para tanto, Tobin defende que “a política monetária não pode ser governada por regras fixas

⁽⁵⁶²⁾ Cfr. M. FRIEDMAN, [18], 11.

irrevogavelmente cegas às circunstâncias económicas efectivas; que políticas capazes de responder aos acontecimentos não podem ser inteiramente prescritas *ex ante*, antes devem depender, em última instância, da discricionariedade; que as autoridades monetárias não podem fugir às responsabilidades pelos resultados económicos reais que são relevantes para a sociedade". E conclui que "os bancos centrais não podem pretender administrar regras mecânicas, independentes das condições económicas efectivas e prospectivas" ⁽⁵⁶³⁾.

A proposta monetarista de amarrar as autoridades monetárias a uma regra monetária fixa é acusada também de poder pôr em perigo a posição internacional do respectivo país. Isto porque, segundo os friedmanianos, as autoridades monetárias desinteressam-se em absoluto da taxa de juro, que ficará dependente das condições do mercado do crédito. Ora — alegam os críticos da *monetary rule* ⁽⁵⁶⁴⁾ — esta atitude das autoridades monetárias abre a porta a variações consideráveis das taxas de juro internas que, por sua vez, desencadearão movimentos especulativos de capitais fortemente desestabilizadores da balança de pagamentos, uma vez que estes movimentos de capitais são muito sensíveis às variações das taxas de juro.

E como os monetaristas rejeitam igualmente qualquer intervenção no mercado das divisas — que, de todo o modo, não seria bastante para resolver o problema das flutuações das taxas de juro no mercado interno —, a única saída que apontam para esta questão é a de confiar o equilíbrio externo à livre flutuação das taxas de câmbio.

⁽⁵⁶³⁾ Cfr. J. TOBIN, "Monetary Policy: Rules, Targets and Shocks" (*Journal of Money, Credit and Banking*, Nov/1983), *apud* G. D'ALAURO, 61-64.

⁽⁵⁶⁴⁾ Cfr., v. g., W. HELLER, 331.

20.2.5. — Os keynesianos adiantam ainda este outro argumento contra a *monetary rule*. A manutenção de uma oferta de moeda constante não pode furtar a economia aos desequilíbrios provocados pelos elementos que condicionam de modo determinante as variáveis reais. E estes elementos (o consumo, o investimento, as despesas públicas) estão condicionados no seu comportamento por factores que podem não ter nada a ver com o comportamento da oferta de moeda ⁽⁵⁶⁵⁾. Quer dizer: a *monetary rule* não só não liberta as economias dos desequilíbrios resultantes da dinâmica das suas forças endógenas e da acção (por vezes irregular e imprevisível) de factores exógenos, como coloca as autoridades monetárias em situação de não poderem responder nem às perturbações internas do sistema nem — por maioria de razão — à acção dos “choques externos” (situações de guerra; alterações bruscas no mercado mundial de produtos estratégicos para as economias industriais; efeitos de inovações tecnológicas, de alterações demográficas, ou de mudanças bruscas das políticas governamentais no que toca à cobrança de impostos e à realização de despesas, à política agrícola, ao comércio externo, etc.) ⁽⁵⁶⁶⁾.

Outra é, porém, a posição dos monetaristas: a *constant growth rate rule of money* seria a (única) resposta correcta, mesmo perante a ocorrência de choques exógenos sobre a economia.

⁽⁵⁶⁵⁾ Cfr. P. SAMUELSON, [1], 54/55.

⁽⁵⁶⁶⁾ Cfr. F. MODIGLIANI, [3], 11 ss e W. BUITER, 651. Deve dizer-se que, quanto a este aspecto, também os adeptos da teoria das expectativas racionais sublinham o facto de as economias estarem expostas a *choques externos* aleatórios, inevitáveis e não controláveis, que escapam às antecipações dos agentes racionais, por se tratar de eventos incertos e únicos. Os erros que resultam da sua ocorrência não são, pois, erros sistemáticos e só estes são evitáveis, porque os agentes racionais aprendem com os próprios erros e não os repetirão. Por isso mesmo os NCE entendem que nem o governo nem qualquer agente económico pode fazer seja o que for para neutralizar os efeitos dos *choques externos*.

Eis o seu raciocínio. Admitamos uma situação inicial em que o nível de desemprego corresponde à taxa natural de desemprego e admitamos que é de zero a correspondente taxa constante de inflação. Admitamos ainda que, entretanto, um choque exógeno se faz sentir sobre a economia, provocando a subida da taxa de inflação para 10%. Se as autoridades, acomodando-se a esta subida dos preços, mantiverem o nível de emprego à sua taxa natural, a nova taxa de inflação de 10% será igualmente mantida, continuando a verificar-se enquanto a oferta de moeda se adequar à taxa de inflação. O único modo de eliminar a inflação consiste em aumentar o desemprego para níveis superiores à taxa natural de desemprego, em medida bastante e durante o tempo suficiente para que, através de sucessivas reduções, a taxa de inflação volte a ser de zero.

A necessidade de um determinado aumento do desemprego (elevado e duradouro) será, pois, inevitável para anular a inflação. E será mesmo preferível aceitar agora um desemprego mais elevado do que o eventualmente resultante de outras políticas que não a *constant growth rate rule*, uma vez que tal significará menor desemprego no futuro, e quanto maior for o período de tempo por que se deixe arrastar a situação de inflação (para se obter, temporariamente, uma taxa de desemprego menos elevada), maior será a taxa de desemprego a suportar no futuro para se obter o mesmo resultado.

Franco Modigliani destrói, porém, este raciocínio, demonstrando que ele assenta numa confusão entre *nível dos preços* e *taxa de variação dos preços*. Com efeito, mantendo-se inalterada a taxa de crescimento da quantidade de moeda em circulação, o sistema regressa à posição de equilíbrio não quando a *taxa de inflação* volta a ser de zero, mas apenas quando, complementarmente, o próprio *nível dos preços* regressa ao seu nível inicial. Ora isto significa que, mesmo regressando a

inflação à sua taxa inicial, o nível de desemprego tem de continuar ainda acima do nível inicial durante o tempo necessário para que a deflação compense a inflação acumulada anteriormente e o nível dos preços regresse ao seu nível inicial. E é isto que torna inaceitável a solução monetarista. Ela significa que os titulares de contratos a longo prazo estabelecidos em moeda (os devedores, v.g.) não pagam qualquer preço pelo reequilíbrio da economia, o qual recairá inteiramente sobre os outros grupos sociais. Mas, se o objectivo a atingir for apenas o de fazer regressar o sistema à taxa de inflação inicial, então o crescimento da oferta de moeda não pode manter-se constante. Tem que aumentar, entre o momento da verificação do choque sobre a economia e o momento em que a inflação regresse ao seu nível de longo prazo, de modo a acompanhar o nível dos preços ou a inflação acumulada ao longo do processo ⁽⁵⁶⁷⁾.

21.—O ponto de vista da teoria das expectativas racionais: a neutralidade da política económica.

21.— Uma nota final para sintetizar os pontos de vista dos adeptos da *teoria das expectativas racionais* (o “hardcore monetarism”, na expressão de G. K. Shaw ⁽⁵⁶⁸⁾).

É na aceitação de que as expectativas dos agentes económicos só gradualmente se vão ajustando à taxa efectiva de inflação que a teoria friedmaniana das *adaptive expectations* assenta a possibilidade de a taxa efectiva de desemprego descer *temporariamente* abaixo da taxa natural de desemprego. Se se defende que o ajustamento das expectativas é *imediato*, então desaparece qualquer fundamento para a *discretionary policy*, já

⁽⁵⁶⁷⁾ Cfr. F. MODIGLIANI, [3], 16.

⁽⁵⁶⁸⁾ Cfr. G. SHAW, [2], 52.

que nem temporariamente poderá produzir quaisquer efeitos positivos. É este, como vimos, o ponto de vista dos “novos economistas clássicos”.

Os adeptos da NCE defendem que as expectativas dos agentes económicos se formam ‘racionalmente’, mediante a utilização de toda a informação disponível em cada momento, que é, para os agentes privados, a mesma de que dispõem as autoridades responsáveis pela política económica. Nesta conformidade, os agentes económicos apreendem *imediatamente* o modelo que subjaz ao funcionamento da economia, pelo que a *taxa esperada de inflação* crescerá *imediatamente*, em resposta a qualquer aumento da taxa de crescimento da quantidade de moeda, esvaziando-se a possível eficácia da política monetária, mesmo a curto prazo. Deixando de verificar-se qualquer lapso de tempo entre o aumento da *taxa efectiva da inflação* e o aumento da *taxa esperada da inflação*, fica anulada a possibilidade de ‘ilusão monetária’, porque a inflação é plena e imediatamente antecipada. Os agentes económicos deixam de poder ser ‘enganados’ pelas autoridades monetárias — é a *monetary policy ineffectiveness*.

No caso de políticas anti-cíclicas sistemáticas — sejam elas baseadas nos instrumentos de política monetária ou nos instrumentos de política financeira —, os agentes económicos capazes de formular expectativas racionais anteciparão essas políticas mesmo antes de elas serem anunciadas, antecipando também plenamente os seus eventuais efeitos reais. Se a economia caminha para a recessão, eles antecipam a aplicação de medidas expansionistas; se a economia começa a ‘aquecer’ demasiado, eles antecipam a aplicação de medidas contraccionistas. A *policy ineffectiveness* é a conclusão lógica deste raciocínio, que, já o dissemos, conduz, em último termo, à *morte da política económica*, assim ressuscitando o velho mito da separação entre o estado e a economia.

Os novos economistas clássicos, partindo do pressuposto de que a economia se mantém em posição de equilíbrio permanente, instantâneo e contínuo, entendem que a política activa não só é *ineficaz* como é perfeitamente *inútil*, dado não existir o problema que ela se propõe resolver. Quixotescaamente, esgrimiria contra imaginários moinhos de vento.

Em suma: só 'enganando' os agentes económicos com *medidas de surpresa* as políticas activas podem ter efeitos sobre a economia. Mas um governo que 'engana' os agentes económicos racionais não pode estar a maximizar o bem-estar destes. As políticas activas, sendo ineficazes e inúteis, só podem contribuir para agravar as flutuações da economia, acentuando a variabilidade da produção e do emprego. A *monetary rule* tem a vantagem de reduzir ao mínimo a incerteza resultante do comportamento das autoridades monetárias, minimizando, eventualmente, as flutuações do rendimento real e do emprego.

Não nos demoramos mais com a caracterização dos aspectos teóricos essenciais na *Nova Macroeconomia Clássica*, remetendo para outro ponto deste trabalho (n.º 10.2.). Aqui limitar-nos-emos a sistematizar algumas ideias para pôr em relevo a diferente fundamentação da *do nothing rule* friedmaniana — a defesa da "constant money growth rule" — e da "policy ineffectiveness proposition" dos *New Classicals*.

Os monetaristas friedmanianos invocam em defesa do seu ponto de vista a relativa estabilidade do sector privado da economia, capaz de absorver, com perturbações mínimas, mesmo os choques externos, desde que as políticas monetária e financeira não perturbem as condições de funcionamento da economia. Invocam também o facto de os governos (sujeitos aos votos do 'mercado político') serem propensos a adoptar políticas que têm apenas em vista o curto prazo, prejudicando o interesse público na óptica do longo prazo.

Invocam ainda que, graças ao fenómeno do *crowding out*, a política financeira se reduz à realização de despesas que o sector privado deixa de fazer por força dela mesma. Mas Milton Friedman e os seus seguidores colocam especial ênfase nas dificuldades resultantes dos “long and variable time lags”. Num mundo de “alleged economic ignorance and human weakness and folly” (W. Heller), a *fixed monetary rule* é, para os monetaristas friedmanianos, a única solução que funciona a longo prazo.

Pois bem. Em vez de invocarem, contra a *discretion* keynesiana, esta ideia do conhecimento deficiente, por parte dos responsáveis pela política económica, dos mecanismos através dos quais esta actua sobre a economia, os adeptos da NCE proclamam a completa *inutilidade* das políticas estabilizadoras. Partindo do pressuposto fundamental do “instantaneous and continuous market clearing” — para muitos o núcleo essencial da *nova economia clássica*, mais do que as expectativas racionais — os NCE argumentam que, não existindo desequilíbrio, não existe sequer o problema que aquelas políticas se propõem resolver.

Em segunda linha, defendem os NCE a sua tese da *policy ineffectiveness* com base no argumento de que os agentes económicos conhecem bem o modo de funcionamento da economia e o modo de agir dos responsáveis pela política económica.

Segundo o ponto de vista mais radical — expresso no trabalho pioneiro de John Muth —, as expectativas racionais são “informed predictions of future events”. A *informação* em que se baseia o comportamento dos agentes económicos é constituída exactamente pelas mesmas realidades empíricas observadas que servem de suporte à (ou confirmam a) teoria económica. Daí que a capacidade de previsão dos agentes económicos (nomeadamente das empresas), traduzida na for-

mulação das suas expectativas, seja tão rigorosa como a capacidade de previsão da teoria económica ⁽⁵⁶⁹⁾.

Alguns dos mais representativos adeptos da NCE (R. Lucas, v.g. ⁽⁵⁷⁰⁾) admitem, no entanto, a possibilidade de situações de carência ou de deficiência da informação, aceitando que tais situações (e não qualquer tipo de 'irracionalidade' no comportamento dos agentes económicos) podem levar os indivíduos a cometer erros (não sistemáticos) de previsão. Daí a possibilidade de, a curto prazo, se verificar o *trade-off* philipsiano inflação/desemprego. Só que o aproveitamento sistemático deste *trade-off* acabaria por conduzir à *neutralidade da política económica*: quanto mais as autoridades monetárias e financeiras prosseguirem políticas expansionistas (geradoras de inflação), tanto mais vertical será a Curva de Phillips. Em todo o caso, é claro que à *discretion* de inspiração keynesiana os adeptos da NCE preferem abertamente uma *fix-policy-rule* de inspiração friedmaniana, v.g. uma taxa constante de aumento da quantidade de moeda ou uma média constante de pressão fiscal ⁽⁵⁷¹⁾.

22. — Uma visão global da controvérsia entre monetaristas e keynesianos.

22. — O debate entre monetaristas e keynesianos, que procurámos acompanhar ao longo deste nosso trabalho, é, afinal, um debate antigo, tão antigo como a economia política

⁽⁵⁶⁹⁾ Cfr. J. MUTH, 316-318. O facto de se admitir que a informação tem um custo leva, porém, alguns autores a pôr em causa a instantaneidade do acesso à informação. Ao invés do que resulta da *rational expectations hypothesis*, tal significa a possibilidade de os agentes económicos cometerem erros sistemáticos em período curto, o que deixaria uma certa margem de eficácia à política económica (cfr. G. TRAVAGLINI, 43).

⁽⁵⁷⁰⁾ Cfr. R. LUCAS, [2] e [3].

⁽⁵⁷¹⁾ Cfr. KYDLAND/PRESCOTT.

enquanto disciplina científica. Apresenta-se hoje, por força das circunstâncias — que não são as mesmas de há dois séculos —, com novas personagens, novos temas, (alguns) novos argumentos, um novo enquadramento institucional. Mas ele não é mais do que a continuação do debate entre, por um lado, os defensores da teoria quantitativa-*laissez-faire*-mão invisível-lei de Say (com destaque para A. Smith, David Hume, Ricardo e, mais tarde, Cassel, Irving Fisher e mesmo o primeiro Keynes) e, por outro lado, a corrente constituída pelos críticos da teoria quantitativa tradicional (Cantillon, Thornton, Wicksell, von Mises, o Hayek dos anos trinta, Myrdal e o Keynes do *Treatise on Money*) e pelos críticos da lei de Say (na tradição de Malthus, Marx, Hobson e o Keynes da *General Theory*).

Na sua nova veste, o debate reanimou-se, poderá dizer-se, em 1956, com a publicação de “The Quantity Theory of Money — A Restatement”, de Milton Friedman, a que se seguiu, logo em 1957, a publicação de “The Theory of Consumption Function”. Em 1963, Friedman publicaria outros dois trabalhos: um, em colaboração com Anna Schwartz, em que procura mostrar empiricamente que a procura de moeda é relativamente estável e quantitativamente insensível às variações da taxa de juro; outro, em colaboração com David Meiselman, em que desenvolve análise empírica destinada a mostrar que a velocidade de circulação da moeda é uma variável mais estável que o multiplicador keynesiano. Com a *Presidential Address* de Milton Friedman (1967), encerra-se esta primeira fase do monetarismo. A segunda fase inicia-se com a publicação, em 1970, de “A Theoretical Framework for the Monetary Analysis”, a que se seguiram outros estudos em 1971 ([18]) e em 1972 ([19]). Com a entrada em cena da teoria das expectativas racionais, começou — por volta de 1972 — a terceira fase do monetarismo ⁽⁵⁷²⁾.

⁽⁵⁷²⁾ Cf. M. BLAUG, [1], 244-248.

Quando, em 1956, Friedman 'redescobriu' a teoria quantitativa, ela apareceu como "uma loucura peculiar de Chicago, indulgentemente desdenhada por alguns, mas considerada como não perigosa" (573). Mas em 1970 M. Friedman afirmava que o quadro teórico que informava a sua análise monetária era a teoria quantitativa da moeda. E o certo é que, por razões que tentámos enunciar em outro momento, o êxito do monetarismo foi fulgurante, especialmente junto dos responsáveis pela política económica e junto da opinião pública não especializada. Para este êxito terá contribuído a simplicidade atraente do que Modigliani chamou "monetarism for the masses": os principais problemas a nível macroeconómico têm origem nas políticas de estabilização de inspiração keynesiana, geradoras de grande instabilidade monetária; a solução para os nossos males reside na adopção de uma regra fixa, simples, que regule mecanicamente o crescimento da oferta de moeda (574).

Alguns terão pensado que o monetarismo, fortalecido com os êxitos imediatos, viria tomar conta das novas gerações de economistas. Mas logo em 1970 um autor de certo peso no campo monetarista (Karl Brunner) reconhecia que, embora as ideias monetaristas se tivessem tornado "quase respeitáveis" e as suas propostas fundamentais acerca do papel da moeda e da política monetária tivessem vindo a ser progressivamente aceites ou pelo menos seriamente ponderadas, "a posição monetarista permanece como uma problemática não clarificada nem consolidada quer no que toca ao seu grau de confirmação empírica quer no que se refere à sua formulação analítica" (575). Ainda em 1970 Harry Johnson avançava a ideia de que o monetarismo, "ao pôr de pé os seus contornos intelectuais, para alcançar plena respeitabilidade científica, terá de

(573) Cfr. M. DESAI, [2], 2.

(574) Cfr. F. MODIGLIANI, [4], 4.

(575) *Apud* J. STEIN, [1], 868.

comprometer-se irremediavelmente com a sua oposição keynesiana". E rematava: "I expect it to peter out" ⁽⁵⁷⁶⁾.

E, como reacção à tentativa de Milton Friedman de definir (com o importante artigo de 1970) a base teórica susceptível de enquadrar as suas posições de raiz empírica, alguns monetaristas (K. Brunner e A. Meltzer) não hesitaram em proclamar (1972) que o monetarismo estava a descaracterizar-se, aproximando-se da matriz analítica do keynesianismo. Segundo eles, as concepções apresentadas por Friedman acerca do mecanismo de transmissão arrastavam-no para uma concordância genérica com os neokeynesianos: tais concepções "ou são enganadoras ou são uma inversão completa da tese por ele muitas vezes sustentada" ⁽⁵⁷⁷⁾.

Se os adeptos do monetarismo põem em causa a sua solidez no plano teórico, não admira que o fizessem também os seus adversários. Ao comentar, em 1972, os trabalhos de Milton Friedman de 1970 e 1971 ([17] e [18]), James Tobin conclui igualmente que "os dois artigos não proporcionam ao monetarismo, quer nas suas teses de curto prazo, quer nas de longo prazo, um sólido suporte teórico" ⁽⁵⁷⁸⁾. Em 1974, Jerome Stein era igualmente peremptório: "não há uma teoria satisfatória do monetarismo" ⁽⁵⁷⁹⁾. Em 1980, Mark Blaug insistia neste ponto de vista: "a crescente debilidade das formulações iniciais da posição monetarista, bem como a crescente disposição dos monetaristas para se adaptarem a formas keynesianas de análise dão indícios da derrocada da contra-revolução monetarista" ⁽⁵⁸⁰⁾. Em 1981, o editor do *Times* (17. 7.81) afirmava que, tendo sido a década de setenta a década do

⁽⁵⁷⁶⁾ Cfr. H. JOHNSON, [4], 12.

⁽⁵⁷⁷⁾ Cfr. BRUNNER/MELTZER, [1], 846.

⁽⁵⁷⁸⁾ Cfr. J. TOBIN, [9], 863.

⁽⁵⁷⁹⁾ Cfr. J. STEIN, [1].

⁽⁵⁸⁰⁾ Cfr. M. BLAUG, [1], 242.

monetarismo, a década de oitenta se preparava para remeter as suas propostas para a secção da história do pensamento económico dos manuais de economia.

É possível que o monetarismo esteja em perda de velocidade. Mas a verdade é que continua aí e não é possível ignorá-lo nem no plano teórico nem no terreno das políticas económicas. E, no entanto, cremos que podemos definir hoje um monetarista como Friedman se vem definindo desde 1956 e como Mark Blaug o definiria em 1985: "Monetarista é alguém que acredita na teoria quantitativa da moeda" ⁽⁵⁸¹⁾.

O debate entre keynesianos e monetaristas — que foi particularmente vivo no início dos anos setenta ⁽⁵⁸²⁾ — tem continuado até aos nossos dias.

Parece correcto afirmar-se que, até 1970, os trabalhos de Milton Friedman apontavam no sentido de que o cerne da divergência entre keynesianos e monetaristas residia na diferença de pontos de vista acerca da elasticidade-juro da procura de moeda. E assim o entendia a generalidade dos autores ⁽⁵⁸³⁾. As críticas à 'demonstração empírica' até aí apresentada por Milton Friedman ⁽⁵⁸⁴⁾ levaram-no à elaboração de um quadro teórico que desse sentido às regularidades estatísticas por ele

⁽⁵⁸¹⁾ Cfr. M. BLAUG, [2], II, 489.

⁽⁵⁸²⁾ A esse debate dedica largo espaço o vol. 80 (1972) do *Journal of Political Economy*, inserindo (pp. 837-950) artigos de K. Brunner e A. Meltzer, J. Tobin, P. Davidson, Don Patinkin e M. Friedman. A mesma problemática constituiu o tema de uma conferência organizada pela Brown University (1975), cujas intervenções integram um livro editado por Jerome Stein (cfr. J. STEIN, [2]), do qual constam comunicações de F. Modigliani e A. Ando, de K. Brunner e A. Meltzer, de J. Stein, de J. Tobin e W. Buiter, com comentários de vários autores (Anna Schwartz, Robert Gordon e Milton Friedman).

⁽⁵⁸³⁾ Cfr., por todos, E. SHAPIRO, 448.

⁽⁵⁸⁴⁾ Cfr. J. TOBIN, [4] e [7].

apuradas. Só que, nesses trabalhos teóricos ⁽⁵⁸⁵⁾, Milton Friedman acaba por afastar-se da sua tese inicial segundo a qual a procura de moeda é “interest inelastic”, aproximando-se assim das posições keynesianas.

O “empirismo ingénuo de Milton Friedman” ⁽⁵⁸⁶⁾ foi desde o início alvo de muita contestação, quer no plano metodológico quer no que se refere aos resultados a que chegou e às conclusões que deles extraiu ⁽⁵⁸⁷⁾. No entanto, Friedman insistia, em 1970, em que “as diferenças básicas entre economistas são empíricas, não teóricas”. Relativamente a uma das questões centrais da problemática monetarista — o papel da moeda na actividade económica —, a controvérsia travada entre keynesianos e monetaristas diz respeito, em sua opinião, “a diferentes respostas implícitas ou explícitas a questões empíricas” ⁽⁵⁸⁸⁾. Não admira, por isso, que a guerra das verificações empíricas das teses de uma e de outra das correntes em presença tenha continuado até hoje — como fomos ilustrando ao longo do nosso trabalho —, acumulando “montanhas de evidência empírica” (M. Blaug). Depois de todo este esforço, há quem entenda que “o suporte empírico do monetarismo é muito mais fraco do que parece” ⁽⁵⁸⁹⁾. Outros concluem que “uma observação mais atenta da literatura revela uma tendência regular para o estreitamento da distância exis-

⁽⁵⁸⁵⁾ Cfr. M. FRIEDMAN, [25], [26] e [27].

⁽⁵⁸⁶⁾ A expressão é de M. BLAUG, [1], 243.

⁽⁵⁸⁷⁾ Esta problemática é analisada com grande profundidade em M. DESAI, [2], 93-204.

⁽⁵⁸⁸⁾ Cfr. M. FRIEDMAN, [25], 234/235. A mesma ideia é retomada por Friedman em [32], 315. No prefácio que fez para a edição das comunicações apresentadas à Conferência organizada pela Brown University a que nos referimos atrás, Jerome Stein diz que “as propostas mais importantes dos monetaristas são uma espécie de observação empírica cuja validade é ainda objecto de controvérsia, em vez de uma teoria em oposição directa à análise neokeynesiana” (cfr. J. STEIN, [2], 2).

⁽⁵⁸⁹⁾ Cfr. M. DESAI, [2], 12. Cfr. também *supra*, notas 33 e 35.

tente entre os distintos pontos de vista, e em especial para o crescente reconhecimento das limitações que apresentam todas as contrastações (confirmações) ao uso da eficiência relativa das políticas financeira e monetária”⁽⁵⁹⁰⁾.

22.1. – Poderá dizer-se, aliás, que este longo debate ainda em curso tem permitido a ambas as partes aprender algo com a outra, daí resultando maior rigor na formulação teórica e na justaposição das respectivas propostas e alguma aproximação de pontos de vista em determinados aspectos que vêm constituindo objecto de debate⁽⁵⁹¹⁾. Tal não é mais do que o resultado natural de uma atitude de espírito que Solow traduziu nestes termos coloquiais: “Toda a ortodoxia, incluindo a minha, necessita com frequência de um pontapé no traseiro para evitar que se torne auto-indulgente e aplique a si própria normas pouco exigentes”⁽⁵⁹²⁾.

22.1.1. – Poucos aceitarão hoje, por exemplo, a tese de que a controvérsia possa equacionar-se na oposição monetaristas/fiscalistas, pondo a ênfase nos diferentes pontos de vista acerca de qual a política mais adequada para se conseguir a estabilização da economia: a política monetária, segundo os monetaristas, que a consideram o instrumento mais eficaz para controlar a oferta de moeda, principal factor determinante do nível de rendimento; a política financeira, segundo os keynesianos, que vêm na acção sobre as receitas e as despesas públicas o caminho mais seguro para controlar a procura global, da qual depende, essencialmente, a seu ver, o nível do rendimento.

⁽⁵⁹⁰⁾ Cfr. M. BLAUG, [1], 243.

⁽⁵⁹¹⁾ Há quem admita que poderá chegar-se a uma síntese das duas correntes. Nesta hipótese, “na medida em que se verifique esta síntese científica, o monetarismo perderá a magnética simplicidade essencial ao seu atractivo ideológico” (cfr. J. TOBIN, [8], 42).

⁽⁵⁹²⁾ *Apud* G. FEIWEL, [1], 180.

Na verdade, nenhum não-monetarista afirmará hoje que “money does not matter”. Em 1973, Samuelson criticava o *Radcliffe Committee* porque, tendo mostrado não ser verdade que *money alone matters*, daí concluiu que *money does not matter*; e criticava do mesmo modo os “fossil-keynesians” (*fiscal policy only matters*) por não reconhecerem o papel da moeda na macroeconomia moderna ⁽⁵⁹³⁾. Ao contrário, o reconhecimento generalizado entre os neokeynesianos de que a quantidade de moeda em circulação desempenha um papel importante na determinação da produção, do rendimento e dos preços justifica a afirmação de Franco Modigliani, parafraseando Milton Friedman, de que “we are all monetarists now” ⁽⁵⁹⁴⁾. Num estudo publicado em 1976, Modigliani reconhece que, em geral, ambas as escolas admitem que tanto a política monetária como a política financeira podem influenciar o rendimento monetário e o rendimento real, ao menos durante algum tempo. A velha questão de saber se *only money matters* ou se *money does not matter* é, pois, segundo Modigliani, “na melhor das hipóteses, uma questão secundária, uma questão mais de ênfase do que de princípio” ⁽⁵⁹⁵⁾.

O “keynesianismo de Neanderthal” (M. Blaug) perdeu credibilidade, registrando-se, também aqui, um ‘regresso a Keynes’, uma vez que não se vê fundamento para atribuir a Keynes qualquer ideia de que *money does not matter*, ponto que não sofrerá quaisquer dúvidas, especialmente após os trabalhos de A. Leijonhufvud ⁽⁵⁹⁶⁾. E muitos autores que se reclamam do

⁽⁵⁹³⁾ Cfr. P. SAMUELSON, [1], 53-59.

⁽⁵⁹⁴⁾ Cfr. F. MODIGLIANI, [3], 1. Para evitar más interpretações acerca da coerência dos neokeynesianos, James Tobin faz questão de que se diga “we are all monetarists now, and we always were” (cfr. J. TOBIN, [13], 56).

⁽⁵⁹⁵⁾ Cfr. F. MODIGLIANI, [4], 6.

⁽⁵⁹⁶⁾ Cfr. A. LEIJONHUFVUD, [2], cap. VI, n° 2.

keynesianismo defendem que ele só ganhou com esta “redescoberta da moeda”, abandonando formulações reducionistas da década de cinquenta em benefício de um grau mais elevado de sofisticação ⁽⁵⁹⁷⁾.

Por outro lado, já em 1966 Milton Friedman abandonava o “Monetarismo de Neanderthal” (M. Blaug), admitindo expressamente que a política financeira pode afectar, a curto prazo, a composição e o nível do rendimento e, a longo prazo, o nível dos preços, ideia que retoma (em 1968) no célebre diálogo com Walter Heller (“I don’t believe that money is all that matter”) e que reafirma em 1970: “Considero a afirmação de que ‘money is all that matters’ como uma interpretação fundamentalmente errada das nossas conclusões” ⁽⁵⁹⁸⁾.

A partir dos anos setenta, é este o entendimento generalizado entre os monetaristas, que reconhecem hoje à política financeira a vantagem de poder ser accionada com maior rapidez que a política monetária. É legítimo, pois, concluir, com W. Baumol e A. Blinder, que “só o machismo e o hábito animam hoje esta controvérsia” ⁽⁵⁹⁹⁾.

22.1.2. — Em outro aspecto fundamental — o da estabilidade ou instabilidade das economias capitalistas — o debate provocou alguma aproximação entre keynesianos e monetaristas, embora sem eliminar as diferenças entre ambos.

Keynes deixou bem clara a sua opinião de que uma das propriedades essenciais do sistema capitalista, “embora sujeito a flutuações severas no que se refere à produção e ao emprego”,

⁽⁵⁹⁷⁾ Cfr. SAMUELSON/NORDHAUS, 404/405. Cfr. também M. BLAUG, [1], 247.

⁽⁵⁹⁸⁾ Cfr. M. FRIEDMAN, [16] 153, [20], 335 e [25], 217.

⁽⁵⁹⁹⁾ Cfr. BAUMOL/BLINDER, 257.

era a de “não ser violentamente instável” ⁽⁶⁰⁰⁾. Os primeiros keynesianos, no entanto, talvez tenham exagerado a instabilidade das economias capitalistas. Por um lado, com base na ideia de uma procura de moeda muito elástica em relação à taxa de juro (com situações frequentes próximas da *liquidity trap*); por outro lado, admitindo uma procura agregada de bens e serviços não significativamente sensível às variações da taxa de juro, particularmente no respeitante ao investimento privado (mais influenciado pelos *animal spirits* do que pelos cálculos baseados no custo do capital).

A experiência histórica e vários estudos econométricos (referentes sobretudo à economia americana) parecem apontar no sentido de moderar este ponto de vista. “Os valores estimados dos parâmetros — defende Modigliani ⁽⁶⁰¹⁾ — implicam uma economia bastante menos instável do que o assumido pelos primeiros keynesianos, mas ainda não uma economia muito estável”.

Em favor dos pontos de vista de inspiração keynesiana, sempre poderá dizer-se que as despesas privadas não deixarão de apresentar um grau considerável de instabilidade, mesmo que se aceitem as conclusões de certas teorias acerca da função-consumo diferentes das de Keynes (*permanent income hy-*

⁽⁶⁰⁰⁾ Vale a pena referir o trecho da *General Theory*: “Uma das propriedades essenciais do sistema económico em que vivemos é a de não ser violentamente instável, embora esteja sujeito a flutuações severas no que se refere à produção e ao emprego. Na verdade, este sistema parece apto a permanecer durante um lapso de tempo considerável num estado de actividade inferior ao normal, sem que haja tendência marcada para o relançamento da actividade económica ou para o afundamento completo. Além disso, resulta claramente que o pleno emprego ou mesmo uma situação vizinha do pleno emprego é tão rara como efêmera. As flutuações podem amortecer-se bruscamente, mas parece que elas se amortecem antes de terem adquirido uma amplitude extrema; e a nossa sorte normal consiste numa situação intermédia que não é nem desesperada nem satisfatória” (cfr. J. KEYNES, [1], 249/250).

⁽⁶⁰¹⁾ Cfr. F. MODIGLIANI, [4], 12-19.

pothesis, life cycle hypothesis). Com efeito, um (por vezes forte) factor de instabilidade reside nas taxas altamente instáveis da 'acumulação de capital', quer por parte dos empresários, quer por parte dos consumidores, sob a forma de bens duradouros. Esta instabilidade afecta directamente as indústrias produtoras deste tipo de bens, e, através delas, o conjunto da economia, traduzindo-se em forte desperdício de recursos humanos e de equipamentos se, perante uma quebra do investimento privado, as autoridades competentes não adoptarem as medidas adequadas para evitarem a persistência de baixos níveis de produção e de elevados índices de desemprego. Perante economias em que predominam os preços administrados, consideravelmente rígidos à baixa, nada justifica o longo tempo de crise que seria necessário aguardar para que a economia regressasse automaticamente ao nível de equilíbrio, tanto mais que os resultados das políticas de estabilização nos países capitalistas industrializados e a qualidade dos conhecimentos e meios técnicos ao dispor dos economistas abonam hoje em favor dos defensores das políticas anti-cíclicas.

Mas também é verdade que o debate contribuiu para que muitos keynesianos admitam que as políticas estabilizadoras podem, na prática, revelar-se desestabilizadoras e susceptíveis de ser manobradas ao sabor do 'ciclo político'. Por outro lado, talvez os primeiros keynesianos tenham sobrestimado as capacidades do multiplicador, concluindo da discussão travada com os seus adversários que era necessário reforçar as exigências na elaboração teórica e na articulação prática das políticas de gestão da procura. E concluindo também que era correcto relativizar a confiança nas potencialidades dessas políticas, moderando as ambições e a euforia dos que, embalados com os êxitos do período posterior ao segundo conflito mundial (êxitos por eles creditados por inteiro às políticas de gestão fina da economia), enterravam prematuramente o ciclo económico

como coisa do passado e anunciavam o advento do *capitalismo post-cíclico* ⁽⁶⁰²⁾.

Embora pondo em relevo que vários estudos relativos ao comportamento das economias capitalistas no período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e 1973 abonam fortemente em favor das políticas de estabilização levadas a cabo nos EUA e em outros países capitalistas industrializados ⁽⁶⁰³⁾, alguns dos mais representativos neokeynesianos vêm advogando há anos a conveniência de introduzir “algumas limitações ao uso da *discretion*, particularmente em termos de se esclarecer mais precisamente os objectivos a cuja prossecução deviam dirigir-se os poderes discricionários e os processos através dos quais esses objectivos serão alcançados” ⁽⁶⁰⁴⁾.

⁽⁶⁰²⁾ Cfr. SAMUELSON/NORDHAUS, 405.

⁽⁶⁰³⁾ Cfr. F. MODIGLIANI, [3], 11-17 e R. GORDON, 361/362. Analisando algumas dificuldades sentidas a partir de 1973, Modigliani explica-as como resultado dos *choques externos* (nomeadamente os *supply shocks* ligados à subida do preço do petróleo), perante os quais “nem mesmo a melhor gestão da procura agregada pode compensar tais choques sem uma certa dose de desemprego a par de uma certa dose de inflação”. A isto devem acrescentar-se os erros cometidos no domínio da política económica, por falta de experiência em lidar com este tipo de *choques*, por deficiente conhecimento teórico e por influência negativa das teses monetaristas da *constant rate rule of money growth*, influência que se fez sentir em 1974/75, tanto nos EUA como na Europa (cfr. F. MODIGLIANI, [4], 4).

A mesma defesa das políticas keynesianas perante as dificuldades do período posterior a 1973 é feita por J. TOBIN, [15], 10: “As políticas de gestão da procura não produziram certamente as guerras no Médio Oriente, a vitória de Komeiny no Irão, os ‘choques’ relativos à oferta e aos preços como resultado de dedições da OPEP ou de outras coalições de produtores de matérias-primas. Abandonar definitivamente a política de controlo da procura à luz destes acontecimentos extraordinários significaria ampliar e prolongar os custos económicos à escala mundial”.

⁽⁶⁰⁴⁾ Cfr. F. MODIGLIANI, [2], 244. É uma posição que decorre da aceitação do ponto de vista segundo o qual a taxa de crescimento da oferta de moeda influencia, em alguma medida, o nível do rendimento. Contra a sugestão de Modigliani têm-se invocado, porém, alguns argumentos dignos de atenção (cfr. E. SHAPIRO, 457/458).

Reconhecendo algumas das suas limitações no plano teórico e no plano da definição e da execução das políticas, os keynesianos empenham-se hoje em conhecer melhor “how the real world works” (W. Heller), muito conscientes de que, sendo desejável que ele funcione ainda melhor, o sistema capitalista (a economia dos países capitalistas industrializados desenvolvidos) funciona melhor depois dos anos trinta. E porquê? A resposta é clara: “Quanto mais activas, informadas e conscientes de si próprias se tornaram as políticas monetárias e financeiras, tanto mais estáveis e próximas do pleno emprego se foram tornando, em geral, as economias a que elas se aplicaram”⁽⁶⁰⁵⁾.

Como é clara a resposta marcadamente diferente dada por Milton Friedman. Em diálogo com Walter Heller, ele retoma, em 1968, a argumentação que já invocara em 1953 em Estocolmo, numa conferência em que tentava mostrar as razões que faziam da economia americana uma economia “depression proof”. Diz Friedman: “Creio que a razão por que o mundo tem funcionado bastante melhor, a razão por que não temos tido depressão neste período, não se deve às virtudes positivas do *fine-tuning* que temos seguido, mas ao facto de termos evitado os erros mais graves do período inter-guerras. Esses erros mais salientes foram as severas deflações ocasionais da quantidade de moeda”. Recordando a sua tese sobre as causas da Grande Depressão (a diminuição de cerca de um terço da quantidade de moeda em circulação nos três ou quatro anos posteriores a 1929), Friedman conclui que, “desde então, não permitimos — e não o permitiremos no futuro previsível — que as autoridades monetárias cometam o tipo de erros que as nossas autoridades monetárias cometeram nos anos trinta”⁽⁶⁰⁶⁾.

⁽⁶⁰⁵⁾ Cf. W. HELLER, 332.

⁽⁶⁰⁶⁾ Cf. M. FRIEDMAN, [20], 336.

22.2. — Os neokeynesianos continuam a pôr em causa a existência de uma conexão estreita e estável entre as variações da taxa de crescimento da oferta de moeda e as variações do nível da produção e do rendimento. Os monetaristas, por seu turno, continuam fiéis à sua tese de que a moeda é o factor determinante das variações do nível de rendimento. Embora considere fundamentalmente errada a identificação das suas conclusões através da afirmação de que “money is all that matters”, Milton Friedman afirma claramente: “Considero a descrição da nossa posição como ‘money is all that matters for changes in *nominal* income and for *short-run* changes in real income’ como um exagero, mas que dá o tom exacto das nossas considerações” ⁽⁶⁰⁷⁾.

A maior ou menor relevância atribuída ao papel da moeda no sistema económico influencia também a diferente posição de monetaristas e keynesianos acerca da explicação (das origens) da inflação e da prioridade que uns e outros lhe atribuem entre os objectivos da política económica. Os keynesianos, embora levem hoje a inflação muito mais a sério do que há vinte anos, continuam a considerar prioritária a luta contra o desemprego (*desemprego involuntário*) e a prossecução do pleno emprego. Os monetaristas, pelo contrário, continuam a defender os seus pontos de vista de que uma grande parte do desemprego é *desemprego voluntário*, de que a *taxa natural de desemprego* só pode baixar através de medidas estruturais de longo prazo que nada têm a ver com as políticas de pleno emprego; de que a tentativa de alcançar taxas de desemprego inferiores à taxa natural de desemprego implica o preço insustentável de taxas de inflação muito elevadas e crescentes; de que, em conformidade, deve ser atribuída prioridade absoluta ao combate à inflação e à prossecução da estabilidade monetária.

⁽⁶⁰⁷⁾ Cfr. M. FRIEDMAN, [25], 216/217.

É claro que ninguém poderá hoje defender que a essência da controvérsia a que nos vimos referindo radica no diferente entendimento acerca de quais os instrumentos mais adequados da política monetária (o controlo da oferta de moeda, defendido pelos monetaristas, ou o controlo das condições de concessão do crédito – nomeadamente as taxas de juro –, advogado pelos keynesianos). Nem sequer pode reduzir-se esta controvérsia à ‘velha’ distinção entre *monetaristas* e *fiscalistas*.

Mas cremos que continua a ser verdadeira a afirmação de que os monetaristas favorecem a política monetária (identificada como o conjunto de instrumentos ao dispor das autoridades para controlar a oferta de moeda) e de que os keynesianos continuam a preferir a política financeira à política monetária, à qual insistem em atribuir, basicamente, o controlo da taxa de juro e das condições do mercado de crédito, especialmente pela via das operações de *open market*. Para os keynesianos, é maior a eficácia da política financeira, uma vez que as variações do nível das despesas públicas, dos impostos e das transferências garantem um controlo mais directo sobre o volume da procura global do que as variações das taxas de juro, às quais correspondem variações incertas e aleatórias da procura (o investimento privado pode ser muito pouco sensível às variações da taxa de juro).

Os monetaristas continuam a defender, no essencial, que a política financeira, se não provocar variações da quantidade de moeda, não exerce qualquer influência sobre a procura real global, o rendimento nominal ou o nível dos preços: os efeitos da política financeira – defende Milton Friedman ⁽⁶⁰⁸⁾ – são “sem dúvida temporários e provavelmente de menor importância”.

⁽⁶⁰⁸⁾ Cf. M. FRIEDMAN, [27], 915-917. Cf. também BRUNNER/MELTZER, [3].

Enquanto os monetaristas desvalorizam a importância da procura (cujas variações associam basicamente às variações da quantidade de moeda em circulação), os neokeynesianos continuam a privilegiar a importância da procura agregada na determinação da produção, do rendimento e do emprego (e das suas flutuações, i.é, dos ciclos económicos), ligando as variações da procura agregada aos fluxos de entrada na economia (investimento privado, despesas públicas, receitas das exportações) e aos fluxos de saída da economia (aforro, cobrança de impostos, despesas em bens importados). Em conformidade, os neokeynesianos mantêm a sua tese de que o aumento das despesas públicas reais e o incremento da procura agregada se traduz, em períodos de depressão, em aumento da produção, do emprego e do rendimento nacional que se projectará ao longo de vários anos (mecanismo do multiplicador), no pressuposto de que a elasticidade da oferta em períodos de desemprego de recursos produtivos será suficientemente elevada para responder ao aumento da procura agregada (os preços poderão subir a curto prazo, mas baixarão a médio e a longo prazos, ao contrário do que pressupõe a *long-run quantity theory*)⁽⁶⁰⁹⁾.

Com o advento da teoria das expectativas racionais, assistiu-se a uma valorização, no quadro da teoria económica, do problema da distinção entre curto prazo e longo prazo, do problema do tempo e do problema da perspectiva do futuro (ou da formulação das expectativas acerca do futuro) por parte dos agentes económicos. E estas foram questões que ganharam relevo também no âmbito da controvérsia entre keynesianos e monetaristas.

⁽⁶⁰⁹⁾ Cfr. J. TREVITHICK, [1], 115-123; MODIGLIANI/ANDO, [4]; TOBIN/BUITER, 302/303.

Os keynesianos adoptam, desde Keynes, uma óptica de curto prazo. Segundo Joan Robinson, Keynes costumava dizer que o estudo das “questões de longo prazo era coisa de estudantes” ⁽⁶¹⁰⁾. E ficou famosa a sua sentença de que “a longo prazo estaremos todos mortos”.

Milton Friedman, por sua vez, torna claro que “tende a adoptar uma perspectiva de longo prazo e a colocar maior ênfase nas consequências últimas e permanentes das políticas do que nas consequências transitórias, imediatas e possíveis” ⁽⁶¹¹⁾. E dos seus trabalhos teóricos resulta que a dicotomia curto prazo/longo prazo marca de forma decisiva a ‘tensão’ do debate que vem travando com os keynesianos. Mas se, para os monetaristas friedmanianos, “only long run matters”, para os defensores das expectativas racionais, como vimos, não tem qualquer sentido a distinção curto prazo/longo prazo. Todos os monetaristas, no entanto, desvalorizam os efeitos de curto prazo da política económica (os *first round effects*) apostando nas mudanças institucionais de longo prazo e valorizando os seus efeitos cumulativos (*steady state effects* ou *ultimate effects*) ⁽⁶¹²⁾.

Os keynesianos assumem que a sua teoria económica e a sua política económica assentam sobre problemas de curto prazo. Esclarecem alguns que o keynesianismo se preocupa com o equilíbrio entre a oferta e a procura agregadas, década após década, ano após ano, trimestre após trimestre, mas não diz grande coisa acerca dos processos de longo prazo relativos ao desenvolvimento económico, os quais não colocam, em regra, problemas do lado da procura, mas problemas do lado da oferta (acumulação do capital, nível

⁽⁶¹⁰⁾ Cf. J. ROBINSON, [3], 88.

⁽⁶¹¹⁾ Cf. M. FRIEDMAN, [21], 8.

⁽⁶¹²⁾ Cf. BRUNNER/MELTZER, [3], 97.

de educação e de preparação profissional da população, espírito empresarial, investigação para o desenvolvimento, etc.) ⁽⁶¹³⁾. Outros, porém, sustentam que o longo prazo não passa de uma sucessão de períodos de curto prazo, não existindo de modo independente: a economia funciona com certos problemas e restrições e o modo como se resolvem os problemas de cada momento ou de cada período curto é que condiciona a evolução futura da economia. O conceito monetarista de longo prazo não passaria, para alguns, de “um mito teórico-utópico no qual se resolveram todos os problemas do presente” ⁽⁶¹⁴⁾.

Entendem os monetaristas que o curto prazo não é relevante porque é de muito curta duração. Para os keynesianos, trata-se de saber, exactamente, o que é o curto prazo (semanas? meses? anos?). Isto porque é no curto prazo que se registam as situações de desequilíbrio com os respectivos custos sociais.

Na óptica monetarista, ao abstrair-se do curto prazo para centrar a análise nas condições do equilíbrio de longo prazo (segundo eles a única solução de equilíbrio possível) abstrai-se também das variações de curto prazo das variáveis reais (produção, desemprego), ignorando-se os custos sociais que lhes são inerentes. Eles constituiriam como que o castigo necessário para a remissão dos ‘pecados’ dos períodos anteriores (‘pecados por obras’, porque concretizados nas políticas activas anti-cíclicas de inspiração keynesiana).

⁽⁶¹³⁾ Neste sentido, na síntese de J. TOBIN, [15], 4, “a economia keynesiana não pode remediar a miséria do Bangladesh ou da Tanzânia: o seu problema assenta claramente na baixa produtividade e não certamente em uma procura insuficiente”.

⁽⁶¹⁴⁾ Cfr. P. MELLER, 404-406, onde podem ver-se outras referências.

Mas os keynesianos perguntam: como se compara a perda de bem-estar no presente com o eventual bem-estar mais elevado no futuro? E quanto dura este presente de penitência? E quando chega o futuro redentor? Os keynesianos entendem que uma das tarefas da política económica consiste precisamente em reduzir ao mínimo os custos de ajustamento de curto prazo, porque estes custos existem, “mesmo quando os agentes económicos tenham expectativas racionais durante mil anos seguidos” ⁽⁶¹⁵⁾.

Os keynesianos questionam também o que é o equilíbrio de longo prazo, uma vez que, ao rejeitarem a hipótese dos mercados walrasianos, contestam a ideia de *um único equilíbrio possível* e defendem a possibilidade de *várias posições de equilíbrio*. Qual é então a posição de equilíbrio de longo prazo a ter em conta na análise económica?

Como se encara então o futuro? A percepção do futuro tem que ver com o problema da *formulação das expectativas* por parte dos agentes económicos ⁽⁶¹⁶⁾.

Em regra, as decisões dos agentes económicos projectam-se no futuro: os efeitos das decisões tomadas no pre-

⁽⁶¹⁵⁾ Assim, F. Hahn, *apud* P. MELLER, 405.

⁽⁶¹⁶⁾ Alguns autores valorizam sobremaneira o tratamento deste ponto. É o caso, v.g., de Joan Robinson: “Quando Keynes estava a escrever *The General Theory*, a sua principal diferença relativamente à escola da qual se esforçava por escapar reside no reconhecimento da procura efectiva, que eles [os “clássicos”] ignoravam. Foi por esta razão que ele colocou todos, desde Ricardo a Pigou, na mesma categoria, e foi por essa razão que ele sobrevalorizou Malthus. Depois de publicado o livro, ele colocou a questão de modo diferente. Apercebeu-se de que a principal distinção residia em que ele reconhecia e eles ignoravam o facto óbvio de que as expectativas acerca do futuro são necessariamente incertas. É deste ponto de vista que arranca a *teoria post-keynesiana*. O reconhecimento da incerteza põe em causa a noção tradicional de equilíbrio” (*apud* J. PILLING, 17). Sobre esta problemática cfr. também P. MELLER, 407-413 e G. SHAW, [2], 72ss.

sente só se verificam no futuro. É isto o que se passa, v.g., com as decisões de aforrar e de investir, as quais se baseiam em cálculos que se apoiam nas *expectativas dos agentes acerca do futuro*.

E a questão que se põe é a de saber como formam os agentes económicos as suas expectativas acerca do futuro, quais os factores que determinam as mudanças dessas expectativas e como afectam elas o comportamento dos agentes.

Os economistas “clássicos” e os monetaristas pressupõem uma informação perfeita e um conhecimento perfeito acerca do futuro. Todas as decisões que implicam afectação intertemporal de recursos podem ser tomadas (e admite-se que são tomadas) num momento dado inicial, porque os agentes conhecem o que se vai passar no futuro, o que lhes permite tomar no presente decisões quanto ao futuro ⁽⁶¹⁷⁾.

⁽⁶¹⁷⁾ Joan Robinson ilustra bem esta ideia ao comentar a noção marshalliana de longo prazo. “Nas exposições de teoria económica faz-se muitas vezes a afirmação de que isto ou aquilo acontecerá ‘a longo prazo’. Para Marshall, o longo prazo é o período de tempo *futuro*, depois de ter acontecido determinado evento. Um aumento imprevisto da procura de peixe em determinado momento provoca a subida do preço. Os lucros elevados atraem investimentos para a indústria e a subsequente oferta mais elevada trará os preços para um nível inferior. Marshall dá a entender que o preço regressa mais ou menos ao nível anterior, mas predições deste tipo são normalmente defendidas pela expressão ‘*coeteris paribus*’. O método marshalliano de exposição consiste em tentar traçar os efeitos no futuro de um acontecimento particular que ocorra ‘hoje’ por meio do *one at a time method*, isto é, assumindo que sabemos o que teria acontecido ao longo desse período particular de tempo futuro se este evento não tivesse acontecido. Isto poderia especificar-se num modelo em que todos os elementos estão sob o controlo do economista: Marshall passa de um modelo para a realidade através de um acto de fé. Ele sabe que as outras coisas de facto não serão iguais – a história continua a sua marcha – mas supõe que é possível delinear os efeitos de um evento determinado como se ele fosse a única mudança ocorrida em determinada data” (cfr. J. ROBINSON, [2], 226).

É diferente a perspectiva keynesiana acerca do papel que desempenha o problema do futuro na análise económica. “Acuso a teoria económica clássica – escreve Keynes – ⁽⁶¹⁸⁾ de ser uma dessas técnicas atraentes e elegantes que tenta testar o presente abstraindo do facto de que sabemos muito pouco acerca do futuro”. Ao contrário dos “clássicos”, Keynes atribui uma importância decisiva ao facto de que “o nosso conhecimento acerca do futuro é flutuante, vago e incerto”. E explica que, ao falar de “conhecimento incerto” não quer referir-se à mera distinção entre o que é conhecido como certo e o que é apenas provável. “O jogo da roleta – escreve Keynes – não está sujeito a incerteza, neste sentido. (...) A esperança de vida é apenas ligeiramente incerta. Mesmo o tempo é apenas moderadamente incerto”.

Keynes fala de *incerteza* no sentido de que “a perspectiva de uma guerra europeia é incerta, ou o preço do cobre e a taxa de juros daqui a vinte anos ou a obsolescência de uma nova invenção, ou a posição dos proprietários privados no sistema social em 1970”. A *incerteza* implícita nestes exemplos reside no facto de que “acerca destas questões não há qualquer base científica a partir da qual possa obter-se uma qualquer probabilidade calculável. Simplesmente, não sabemos nada” ⁽⁶¹⁹⁾.

Não há ponte possível entre o passado (que se conhece com certeza) e o futuro que é incerto. Shackle exprime bem este ponto de vista quando escreve que “nas acções dos homens (“human affairs”) o futuro é diferente do passado, diferente na sua natureza e na sua essência (um é ficção e o outro é, em certo sentido, ‘facto’), e diferente na forma, pois aquilo que julgamos estar a acontecer pode ser desmen-

⁽⁶¹⁸⁾ Cf. J. KEYNES, [2], 215.

⁽⁶¹⁹⁾ Cf. J. KEYNES, [2], 213/214.

tido pela história, quando o presente se desloca do princípio para o fim do intervalo de tempo considerado” ⁽⁶²⁰⁾.

Mas as expectativas têm que elaborar-se no presente perante um futuro que se desconhece. Como escreveu Joan Robinson, “*hoje é influenciado, mas não completamente determinado pelo passado. Qualquer acção na decisão tomada hoje ou é o resultado de convenções ou hábitos cegos ou é orientada para as suas futuras conseqüências, que ainda não podem ser completamente conhecidas*” ⁽⁶²¹⁾.

Este *conhecimento incerto*, esta incapacidade para antecipar as conseqüências futuras das acções presentes é que constituem a causa permanente da existência de situações de desemprego dos recursos produtivos e dos desequilíbrios que caracterizam as economias capitalistas. Como já dissemos atrás, a taxa de juro é, para Keynes, “o prémio que tem de ser oferecido para induzir as pessoas a deter a sua riqueza sob formas diferentes da moeda líquida. (...) A taxa de juro é o elemento que ajusta na margem a procura de liquidez (“demand for hoards”) e a oferta de liquidez (“supply of hoards”)” ⁽⁶²²⁾. A taxa de juro não é, pois, o elemento que permite ligar a renúncia ao consumo *no presente* à decisão de investir tomada no futuro. Não pode, pois, dizer-se que uma decisão de aforrar *no presente* conduzirá a uma decisão de investir no futuro. “Os que raciocinam deste modo

⁽⁶²⁰⁾ Cfr. G. SHACKLE, 517. Esta mesma ideia pode encontrar-se expressa em J. ROBINSON, [2], 219: “As conseqüências de eventos passados podem, em princípio, ser conhecidas, ou, pelo menos, discutidas, enquanto que as conseqüências de um evento presente podem, na melhor das hipóteses, ser preditas dentro de um leque de possibilidades que podem revelar-se incorrectamente antecipadas. Esta é uma condição necessária da vida humana. A vida tal como nós a vivemos não seria possível se o futuro fosse conhecido com certeza”.

⁽⁶²¹⁾ Cfr. J. ROBINSON, [2], 219.

⁽⁶²²⁾ Cfr. J. KEYNES, [2], 216/217.

— escreve Keynes ⁽⁶²³⁾ — são vítimas de uma ilusão de óptica que leva a confundir duas actividades essencialmente distintas. Supõem falaciosamente que há umnexo que une as decisões de abstenção do consumo presente às decisões de prover a um consumo futuro; e no entanto não existe uma relação simples entre os motivos que determinam as últimas e os motivos que determinam as primeiras”.

Os novos economistas clássicos pressupõem uma informação imperfeita e admitem que os agentes económicos elaboram as suas expectativas racionalmente, chegando, por outra via, às conclusões da corrente dominante antes de Keynes. Os “monetaristas tipo II” admitem que o futuro pode ser predizível do ponto de vista probabilístico. O pressuposto da informação perfeita (certeza) acerca do futuro, que caracteriza o pensamento dos “clássicos” e dos monetaristas friedmanianos, é substituído pelo *conhecimento probabilístico do futuro*. Os agentes económicos, actuando com base em expectativas racionais, podem actuar *como se tivessem* um conhecimento perfeito acerca dos eventos futuros, não cometendo erros sistemáticos na antecipação da evolução futura da economia.

Mas os resultados são os mesmos quando se admite que os agentes actuam com *certeza* (informação perfeita) a respeito do futuro ou quando se admite que eles são capazes de formular racionalmente as suas expectativas, antecipando correctamente os eventos futuros. A única diferença entre as duas correntes do monetarismo reside em que os adeptos das expectativas racionais entendem que os agentes económicos podem antecipar correctamente apenas a *evolução sistemática* da economia, escapando por completo à sua capa-

⁽⁶²³⁾ Cfr. J. KEYNES, [1], 21.

cidade de antecipação correcta os *choques aleatórios* que afectam a economia (nomeadamente os *choques externos*).

Diferentemente dos teóricos das expectativas racionais, Keynes não admite a possibilidade de um cálculo de probabilidades *objectivo* acerca dos acontecimentos futuros. Estes não acontecem como os resultados num 'jogo de roleta'. Aqui, o *risco* de cada um dos resultados possíveis pode ser calculado previamente de acordo com as regras *objectivas* do cálculo de probabilidades. Mas a *incerteza* relativamente aos eventos futuros (o seu carácter de eventos incertos e únicos) torna impossível qualquer cálculo *objectivo* acerca da probabilidade da sua ocorrência (cálculo que se admite seria capaz de reduzir a incerteza ao mesmo "calculable status" que caracteriza a certeza em si mesma) ⁽⁶²⁴⁾.

Os agentes económicos não formulam racionalmente as suas expectativas, não podem antecipar racionalmente o futuro. As suas decisões relativamente ao futuro não podem basear-se em nada de sólido, determinável ou demonstrável, antes ficam dependentes dos pontos de vista *subjectivos* dos agentes, dos *animal spirits*, do "conventional judgement" (cada agente procura seguir o juízo e o comportamento da maioria ou da média do 'resto do mundo', que talvez disponha de melhor informação), da *confiança* com que encaram o futuro, "'confiança' que é, de todas as coisas, aquela em que podemos confiar menos, aquela que pode esvanecer-se em virtude de más notícias, de notícias confusas, ou de falta de notícias", no dizer de Shackle ⁽⁶²⁵⁾.

⁽⁶²⁴⁾ Cfr. J. KEYNES, [2], 213.

⁽⁶²⁵⁾ Cfr. G. SHACKLE, 517. Keynes estuda "the state of confidence" no Cap. XII da *General Theory*, dedicado ao estado da previsão a longo prazo. "O nosso método habitual [na formação das nossas previsões a longo prazo] consiste em considerar a situação presente e em projectá-la depois no futuro, após tê-la modificado na única medida em

Admitindo-se que os agentes económicos não dispõem de informação completa sobre as circunstâncias, terá de concluir-se que eles (e os homens em geral) não podem prosseguir racionalmente os seus interesses. As actividades económicas, perspectivadas num futuro que não se conhece, levadas a efeito por agentes que são “prisioneiros do tempo” e não “senhores seguros e omniscientes de uma circunstância conhecida pela via da razão”, não podem ser entendidas, neste sentido, como actividades racionais ⁽⁶²⁶⁾. A “practical theory of the future” tem fundamentos tão pouco sólidos que está sujeita a flutuações súbitas e violentas: “a prática da calma, da imobilidade, da certeza e da segurança desaparece subitamente. Novos medos e esperanças dominarão, inesperadamente, a conduta humana. As forças da desilusão podem impor, bruscamente, uma nova base convencional de avaliação” ⁽⁶²⁷⁾.

Em suma: as expectativas, para Keynes, não são formuladas racionalmente e são marcadamente instáveis. E este é um aspecto importante na explicação do ciclo económico exposta por Keynes no capítulo XXII da *General Theory*. Aceitando que a subida da taxa de juro resultante de um aumento da procura de moeda provocado simultaneamente por necessidades comerciais e especulativas pode agravar e, em certos casos, talvez mesmo desencadear uma crise,

que temos razões mais ou menos precisas para esperar uma mudança”. Mas logo acrescenta que “o estado da previsão a longo prazo não depende apenas da eventualidade mais provável que podemos considerar. Depende também da *confiança* com que a prevemos, isto é, da avaliação que fazemos da probabilidade de vir a revelar-se completamente falsa a previsão melhor elaborada”(cfr. J. KEYNES, [1], 148). É o tema deste Cap. XII da *General Theory* que Keynes retoma na segunda parte do artigo que publicou no número de Fev/1937 de *The Quarterly Journal of Economics*.

⁽⁶²⁶⁾ Cfr. G. SHACKLE, 517-519.

⁽⁶²⁷⁾ Cfr. J. KEYNES, [2], 214/215.

Keynes sustenta que “não é a subida da taxa de juro mas a queda brusca da eficiência marginal do capital que fornece a explicação mais normal e muitas vezes a explicação essencial da crise”.

Mas Keynes chama a atenção para o facto de a eficiência marginal do capital não depender apenas da escassez (ou abundância) actual do capital e do custo actual da sua produção. Ela depende também, e em boa medida, das previsões que os potenciais investidores fazem no presente acerca do rendimento futuro do capital, o que é particularmente relevante quando o investimento incide sobre bens duradouros. Ora – conclui Keynes – “a base destas previsões é das mais precárias. Apoiadas em dados incertos e pouco dignos de confiança, elas estão sujeitas a variações bruscas e violentas”.

A *incerteza* característica da actividade económica e a natureza não racional e altamente instável das expectativas dos agentes económicos acerca do futuro estão no centro da explicação keynesiana do ciclo económico: “o *time-element* no ciclo económico, i.é, o facto de ser necessário que decorra um certo lapso de tempo antes de começar o relançamento da actividade económica explica-se pelas influências que comandam a recuperação da eficiência marginal do capital”⁽⁶²⁸⁾.

A valorização da *incerteza* acerca do futuro (“we simply do not know”, escreveu Keynes) poderia levar à conclusão de que Keynes e os seus seguidores acabariam por se aproximar dos adeptos da teoria das expectativas racionais perante a ocorrência de *choques aleatórios* inevitáveis e incontroláveis: a política económica não pode fazer nada para os neutra-

⁽⁶²⁸⁾ Cfr. J. KEYNES, [1], 315-317.

lizar, i.é, em termos gerais, não vale a pena a política anti-cíclica.

Este parece ser o ponto de vista dos autores que Alan Coddington chamou *keynesianos fundamentalistas* ⁽⁶²⁹⁾. Considerando o artigo publicado por Keynes em 1937 em *The Quarterly Journal of Economics* como o mais esclarecedor de toda a obra de Lord Keynes, levam até às últimas consequências o subjectivismo e a inconstância que Keynes atribui ao processo de tomada de decisões dos agentes económicos, a ponto de concluírem, de forma nihilista, que, se não é possível obter um conhecimento certo acerca do futuro, não é possível fazer nada relativamente à evolução futura da economia. G. Shackle ilustra bem esta ideia quando afirma que “o livro de Keynes [a *General Theory*] é um grande enigma; (...) alcança o seu triunfo chamando a atenção para o facto de os problemas de que se ocupa estarem fora de qualquer solução” ⁽⁶³⁰⁾.

Creemos que não tem cabimento esta interpretação da obra de Keynes. Ela equivaleria a equiparar a certeza ao conhecimento sem margem para erro e a incerteza à ignorância. Mas então faz sentido perguntar, com A. Coddington: “se interpretamos a ‘certeza’ de um modo que a torna inalcançável, porque haveríamos de nos interessar com a falta dela?” ⁽⁶³¹⁾. Como o mesmo autor salienta, se não queremos cair em posições de cepticismo (e irracionalismo), temos de admitir que o conhecimento (ou a certeza) não se reduz aos resultados da matemática ou da lógica formal ⁽⁶³²⁾.

⁽⁶²⁹⁾ Cfr. A. CODDINGTON, 50ss e 92ss.

⁽⁶³⁰⁾ Cfr. G. SHACKLE, 516.

⁽⁶³¹⁾ Cfr. A. CODDINGTON, 55-58.

⁽⁶³²⁾ Nesta base, a ciência económica reduzir-se-ia a uma simples análise lógico-matemática, girando à volta de modelos puramente teóricos, utilizando o que Joan Robinson chama “logical time in specified model” (cfr. J. ROBINSON, [2], 219/220).

e que, neste sentido, toda a antecipação do futuro é 'correcta' ou 'incorrecta' conforme o padrão de exactidão que adoptarmos. Não podemos aferir o grau do nosso conhecimento (certeza) acerca do futuro pelo caminho que nos falta percorrer até atingir a certeza absoluta (nunca alcançável...), mas pelo caminho que já percorremos no aperfeiçoamento dos nossos conhecimentos ⁽⁶³³⁾.

Este *keynesian fundamentalism* não encontra, por outro lado, apoio válido na obra fundamental de Keynes. Cremos que o mais importante, na análise keynesiana, não é tanto a "incerteza" em si mesma mas o modo 'subjectivo' como reagem perante ela os agentes económicos, nomeadamente os que têm de tomar decisões de investir. É este facto que leva Keynes a considerar o investimento privado como o elemento mais variável e aleatório (sujeito a variações autónomas, independentes de circunstâncias que 'objectivamente' as justifiquem) dos elementos que determinam a procura global, a produção e o emprego.

Têm sido os "post-keynesianos" (com destaque para Joan Robinson) os autores mais interessados em utilizar as análises de Keynes sobre a *incerteza* da actividade económica

⁽⁶³³⁾ Aqui deixamos esta síntese tão sugestiva de P. MELLER, 411: "Ao avaliar a medida do nosso conhecimento através da incerteza, implicitamente estamos a admitir: i) ou se sabe tudo ou não se sabe nada; o conhecimento incompleto não serve. ii) Estamos a medir algo por aquilo que falta, não pelo que existe. Isto assemelha-se ao caso de um barco que navega rumo ao horizonte, em que se mede o que este barco navega não pela distância percorrida mas pela distância relativamente ao horizonte. E corre-se o risco de que, quanto mais o barco se aproxima do horizonte, mais pareça afastar-se dele. Algo de semelhante aconteceria com o conhecimento humano, no sentido em que a percepção da grandeza do desconhecido aumenta cada vez mais à medida que o próprio conhecimento se desenvolve. Mas a verdade é que, assim como o barco se move, assim também vai aumentando o nosso conhecimento. De tal modo que, se é certo que hoje sabemos menos que amanhã, também é certo que sabemos mais que ontem".

futura e o *subjectivismo* dos agentes económicos na formulação das suas expectativas acerca do futuro. Com base nelas extraem a conclusão de que a natureza irregular e indisciplinada das decisões de investimento (produção) no quadro das economias capitalistas é, de algum modo, um produto das próprias instituições capitalistas e de que, em outro quadro institucional, é possível melhorar as condições de funcionamento da economia ⁽⁶³⁴⁾.

Parece-nos ser esta a leitura mais razoável da obra de Keynes. Com efeito, Keynes desvaloriza a importância da taxa de juro no desencadear das crises cíclicas, o que o leva, consequentemente, a desvalorizar o papel da política monetária enquanto política adequada para ultrapassar as situações cíclicas de depressão ⁽⁶³⁵⁾. Por outro lado, com vista a estabelecer e 'maximizar' um fluxo da despesa agregada tão impor-

⁽⁶³⁴⁾ Cfr. A. CODDINGTON, 60/61.

⁽⁶³⁵⁾ Keynes é muito claro a este respeito. Veja se este trecho do Cap. XXII da *General Theory*: " Nas últimas fases de expansão [do ciclo económico] as previsões relativas ao rendimento futuro dos bens de capital são demasiado optimistas para compensar a abundância crescente desses bens, a subida dos seus custos de produção e em geral também a subida da taxa de juro. Uma vez que os mercados financeiros organizados estão submetidos à influência de compradores que, na sua maioria, ignoram o que compram e por especuladores que se interessam mais pela previsão da próxima mudança da opinião bolsista do que pelo cálculo racional do rendimento futuro dos capitais, é normal, quando uma decepção atinge um mercado sobrevaliado e demasiado optimista, que as cotações baixem num movimento brusco e mesmo catastrófico. Além disso, a incerteza a respeito do futuro e o desencorajamento que acompanham a queda da eficiência marginal do capital suscitam um forte aumento da preferência pela liquidez e, em consequência, a subida da taxa de juro. O facto de a queda da eficiência marginal do capital ser muitas vezes acompanhada de uma subida da taxa de juro pode agravar seriamente o declínio do investimento. Mas não é menos verdade que é a queda da eficiência marginal do capital que caracteriza a situação, e sobretudo a queda da eficiência marginal das categorias de capital que, no decurso da fase anterior, mais participaram na euforia do investimento novo. A preferência pela liquidez, abstraindo dos seus elementos

tante como é o investimento, Keynes propõe uma “ampla socialização do investimento”, uma “d direcção central para manter a correspondência entre a propensão ao consumo e o estímulo para investir”, a criação de “órgãos centrais de direcção necessários para assegurar o pleno emprego”, no quadro de “uma ampla expansão das funções tradicionais do estado”, não no sentido de este “chamar a si a propriedade dos meios de produção”, mas apenas para assegurar as

que são função da actividade comercial e especulativa, só começa a aumentar quando a eficiência marginal do capital se afunda.

É por isso que é tão difícil sustentar a baixa. Depois de um certo tempo, o declínio da taxa de juro contribui grandemente para o relançamento da actividade e constitui sem dúvida uma condição necessária desse relançamento. Mas no momento a baixa da eficiência marginal do capital pode ser tão profunda que nenhuma redução possível da taxa de juro seria capaz de a contrabalançar. Se a baixa da taxa de juro constituísse, em si mesma, um remédio eficaz, o relançamento da actividade económica poderia conseguir-se num curto lapso de tempo e com a ajuda de meios que dependem mais ou menos directamente das autoridades monetárias. Mas não é esse o caso habitual; não é fácil reanimar a eficiência marginal do capital, tal como a determina o estado de espírito caprichoso e sem regra dos meios de negócios. É o regresso da confiança, para usar a linguagem corrente, que é difícil de conseguir numa economia fundada no capitalismo individual. Os banqueiros e os homens de negócios insistem com razão neste aspecto da depressão, e os economistas que acreditaram na eficácia de um remédio ‘puramente monetário’ não lhe concederam a importância que ele merece”.

E, a concluir o capítulo da *General Theory* sobre “o estado da previsão a longo prazo”, Keynes escreve: “Por minha parte, sou hoje bastante céptico acerca das possibilidades de êxito de uma política puramente monetária que consista em agir sobre a taxa de juro. Dispondo o Estado de condições para calcular a eficiência marginal dos bens de capital numa perspectiva de longo prazo e na base dos interesses sociais da comunidade, espero vê-lo assumir uma responsabilidade crescente na organização directa do investimento. Isto porque o cálculo da eficiência dos diversos tipos de capital, tal como é feito no mercado de acordo com os princípios atrás indicados, parece condenado a sofrer flutuações de uma grandeza demasiado considerável para que possa ser compensado com as variações praticamente possíveis da taxa de juro”. Cfr. J. KEYNES, [1], 315-317 e 164.

melhores condições de funcionamento ao “sistema de Manchester”, como “único meio de evitar uma completa destruição das instituições económicas actuais e como condição de um feliz exercício da iniciativa privada”. Este o sentido das propostas de Keynes de acordo com a síntese que ele próprio faz no último capítulo da *General Theory*. E cremos que desta ‘filosofia’ não se afastam significativamente os “post-keynesianos” (nomeadamente a Sr^a Robinson) e os keynesianos em geral ⁽⁶³⁶⁾.

Os melhores especialistas defendem actualmente – com a concordância do próprio Milton Friedman – que o que verdadeiramente separa os monetaristas dos não-monetaristas ⁽⁶³⁷⁾ é o papel diferente que uns e outros atribuem às políticas de estabilização ⁽⁶³⁸⁾.

Defendem estes últimos o fundamental da mensagem keynesiana, segundo a qual as economias capitalistas, dada a instabilidade das despesas privadas, são economias (altamente) instáveis, pelo que *carecem* de ser estabilizadas, *podem* ser estabilizadas e *devem* ser estabilizadas, mediante o recurso a adequadas políticas monetárias e financeiras.

Sustentam os primeiros que a economia privada é intrinsecamente estável, o que torna dispensável qualquer

⁽⁶³⁶⁾ É claro que – como refere A. CODDINGTON, 61 – fica de pé a questão de saber se estas medidas propostas por Keynes e pelos keynesianos “não aumentarão o grau de incerteza que envolve o investimento agregado, em vez de o reduzir”. Mas este é outro problema, de que não nos ocuparemos aqui.

⁽⁶³⁷⁾ Utilizamos estas designações apesar de reconhecermos que a distinção por elas insinuada pode conter elementos equívocos. Cfr. R. GORDON, 336.

⁽⁶³⁸⁾ Vejam-se, a este respeito, as sínteses de F. MODIGLIANI, [1], e [4]; R. GORDON, 336 ss; BAUMOL/BLINDER, 255ss; D. LAIDLER, [1], 18ss; F. HAHN, 7/8; VANE/THOMPSON, 190 ss; P. PITTA e CUNHA, 431/432.

política de estabilização; que políticas deste tipo, ainda que consideradas necessárias, não deverão ser levadas a cabo, já que delas só poderão resultar factores adicionais de instabilidade; que deve desconfiar-se da capacidade dos governos para escolher as medidas adequadas e para as pôr em prática em tempo oportuno e até às últimas consequências, pelo que deverá afastar-se a sua intervenção com objectivos anti-cíclicos, mesmo que se aceitassem como globalmente positivos os resultados das políticas de estabilização.

O que verdadeiramente está em causa nesta controvérsia são diferentes concepções *a priori* acerca da natureza das economias capitalistas e acerca das funções que devem caber ao estado capitalista no domínio da economia. Na síntese de Mark Blaug, a persistência da controvérsia “só pode explicar-se em termos de um certo ‘núcleo’ muito profundo de desacordo a respeito da capacidade de auto-ajustamento do sector privado das economias mistas e, por conseguinte, a respeito da medida em que as políticas financeira e monetária são, de facto, estabilizadoras ou desestabilizadoras” (639).

Os keynesianos entendem que os mecanismos automáticos actuam com (muito) atraso, funcionam lentamente e não são de inteira confiança quanto aos resultados. A defesa da possibilidade de existirem situações de equilíbrio abaixo do pleno emprego não é mais do que a afirmação de que não existe nenhum mecanismo nas economias capitalistas que garanta o pleno emprego de todos os recursos.

Os monetaristas, ao contrário, pressupõem a existência de um “frictionless Friedmanesque world without price, wage and exchange rigidities” (W. Heller), que representa o regresso às concepções pré-keynesianas da estabilidade do

(639) Cfr. M. BLAUG, [1], 243.

sistema (eventuais perturbações têm a sua origem nas políticas anti-cíclicas e passam sempre por variações da quantidade de moeda) e da sua capacidade para regressar automaticamente à única posição de equilíbrio admissível: o equilíbrio de pleno emprego.

Nestes termos, é razoável que os neokeynesianos continuem a entender ser necessário que o estado capitalista se assuma como protagonista da vida económica, enquanto agente activo do crescimento e regularizador das flutuações cíclicas da economia, empenhado na prossecução dos objectivos do pleno emprego e da redistribuição do rendimento.

Diferentemente, a "Chicago-style market economics" (Samuelson) insiste na afirmação da sua fé no *laissez-faire* e na sua desconfiança relativamente à intervenção do estado na economia, à margem de regras e de limites rigorosamente definidos e no âmbito de soluções institucionais que garantam o cumprimento daquelas regras e o respeito destes limites.

A oposição entre o keynesianismo e as correntes monetaristas radicalizou-se, como já vimos, com o desenvolvimento das teses da *nova economia clássica*, a ponto de os defensores desta corrente entenderem que *não há lugar para Keynes depois de Lucas*. O "Lucasian world" assumido pelos adeptos da NCE é, já o dissemos, uma economia cujos pilares fundamentais são o "instantaneous and continuous market clearing" e a hipótese das expectativas racionais, perante a qual a política económica não só é ineficaz como não faz qualquer sentido.

Alguns neokeynesianos reconhecem que se trata de "uma construção altamente engenhosa, e isso talvez explique porque é que ela exerce um tão grande poder de atracção sobre as jovens gerações de macroeconomistas" ⁽⁶⁴⁰⁾.

⁽⁶⁴⁰⁾ Cf. F. MODIGLIANI, [4], 26.

Outros reconhecem que esta “contra-revolução” (Samuelson) veio obrigar os neokeynesianos a encarar com mais cuidado o problema das expectativas e o problema da reação das pessoas às políticas económicas. Compreendeu-se que as pessoas ‘aprendem a lição’ rapidamente, pelo que a solução para os problemas de ontem pode não valer para problemas idênticos de hoje. Há que ter cuidado com a aplicação mecânica de soluções pré-fabricadas e ‘prontas-a-usar’ ⁽⁶⁴¹⁾.

Os neokeynesianos admitem mesmo, em geral, que os pressupostos da perfeita flexibilidade dos preços e das expectativas racionais podem ‘funcionar’ bem na abordagem de *auction markets* altamente organizados, como certos mercados financeiros (bolsas de valores, nomeadamente). Mas recusam a possibilidade da sua aplicação à generalidade dos mercados de bens e serviços e ao mercado do trabalho, caracterizados por amplos e estruturais factores de rigidez, por imperfeições de vária ordem e pela presença de grande número de contratos a longo prazo (explícita ou implicitamente), que não se compadecem com a imediata flexibilidade das condições neles fixadas ⁽⁶⁴²⁾. Os neokeynesianos recusam, pois, em absoluto, por “escandalosamente contrários à realidade”, os pressupostos em que assenta esta “revolução de palácio dentro do campo monetarista” (Modigliani), rejeitando, do mesmo modo, as suas conclusões sobre a “policy ineffectiveness” e a inutilidade da política económica.

Recusando qualquer fundamento à *do nothing rule* friedmaniana e à ideia da *morte da política económica* (implícita

⁽⁶⁴¹⁾ Cfr. SAMUELSON/NORDHAUS, 420.

⁽⁶⁴²⁾ Cfr. F. MODIGLIANI, [4], 25 28 e SAMUELSON/NORDHAUS, 420/421.

nas teses dos adeptos da NEC), os neokeynesianos permanecem fiéis à necessidade da política económica e acreditam na possibilidade de aperfeiçoar a sua base teórica e as suas técnicas, a sua capacidade de previsão, de diagnóstico e de acção correctiva. À pergunta de Samuelson "Was the keynesian revolution all a big mistake?"⁽⁶⁴³⁾, a resposta dos neokeynesianos é frontalmente negativa. "Devemos rejeitar categoricamente – escreve Modigliani⁽⁶⁴⁴⁾ – o apelo monetarista para atrasar o relógio quarenta anos abandonando a mensagem fundamental da *General Theory*. Devemos antes concentrar os nossos esforços para tentar que as políticas de estabilização sejam no futuro mais eficazes do que o têm sido no passado".

Muito recentemente, e à luz da realidade da economia dos EUA e da generalidade dos países capitalistas desenvolvidos (coexistência de taxas elevadas de desemprego com a estagnação económica), James Tobin sustentou que essa realidade "atribui renovada credibilidade à teoria e à política keynesianas"⁽⁶⁴⁵⁾. Dir-se-ia, parafraseando o título de um livro já várias vezes referido de G.K.Shaw, que a "revolução keynesiana" tem que assumir, no quadro do capitalismo contemporâneo, a natureza de uma "revolução permanente"⁽⁶⁴⁶⁾.

⁽⁶⁴³⁾ Cfr. P. SAMUELSON, [2], 5.

⁽⁶⁴⁴⁾ Cfr. F. MODIGLIANI, [3], 18.

⁽⁶⁴⁵⁾ Cfr. J. TOBIN, [15], 10.

⁽⁶⁴⁶⁾ Cfr. G. SHAW, [2]. No contexto do processo de integração económica por que passa a Europa comunitária, não faltam razões, no entanto, para se prever a necessidade de profundas alterações no instrumental analítico e nas técnicas da política económica. Em um número da *Rivista di Politica Economica* de Abril/1989, dedicado a "Keynes and the Economic Policies in the 80's", escreve Mario ARCELLI, [2], 71: "Amanhã, o processo de integração europeia, no sentido da união monetária, poderá privar os países da sua autonomia do domínio da política monetária e reduzir a capacidade para utilizar políticas financeiras na hipótese de a harmonização dos sistemas fiscais vir a concre-

22.3. – Poderemos dizer que esta “furiosa controvérsia” foi um “debate inútil”? A pergunta foi formulada por Mark Blaug em 1980. E a resposta deste autor não andar­á longe da positiva. “Retrospectivamente – escreve ele ⁽⁶⁴⁷⁾ –, o debate das duas últimas décadas entre keynesianos e monetaristas há-de considerar-se como uma das controvérsias mais frustrantes e irritantes de toda a história do pensamento económico, uma controvérsia que recorda com frequência as piores disputas medievais. (...) Grande parte do debate consiste em falar entre linhas e por vezes é difícil apurar o que realmente se está a discutir, dificuldade sentida inclusive pelos mais directos protagonistas da discussão”.

Por nossa parte, cremos que uma certa ‘violência’, um certo ‘furor’ que frequentemente tem marcado este debate é consequência de ele se travar, em boa medida, no terreno dos pré-supostos, das concepções *a priori*, das convicções. O que está em causa, ao fim e ao cabo, são diferentes concepções acerca da economia e da sociedade e, de modo particular, acerca do papel do estado perante a economia e perante a sociedade. Os monetaristas e os neoliberais em geral são fiéis ao ideário liberal do *laissez-faire*, da *mão invisível* e da *lei de Say*; os keynesianos não confiam nos mecanismos automáticos da economia e atribuem ao estado um papel nuclear no domínio da promoção do desenvolvimento económico, do combate ao desemprego e da promoção do pleno emprego, no domínio da redistribuição do rendimento e da segurança social.

tizar-se. Haverá então lugar para outras políticas económicas e para os problemas de coordenação das grandes áreas internacionais. É difícil antecipar o futuro, mas é razoável esperar que novos tipos de análises e novos instrumentos conceptuais irão apoiar as decisões, num mundo que será muito diferente do de Keynes”.

⁽⁶⁴⁷⁾ Cfr. M. BLAUG, [1], 242-248.

Estamos, pois, perante um debate em que qualquer dos intervenientes dificilmente pode despir as suas vestes ideológicas. Cremos, por isso, que valerá a pena, a concluir o nosso trabalho, tentar analisar sob este ângulo o debate de que nos ocupámos. Não ignoramos os riscos inerentes a uma tal empresa. Mas acreditamos que vale a pena enfrentá-los, abandonando, como propõe Meghnad Desai, "the aesthetic and scientific satisfaction of conducting a debate objectively and at leisure" ⁽⁶⁴⁸⁾.

Acreditamos que o esclarecimento da matriz ideológica das questões mais marcantes da controvérsia entre as duas correntes do pensamento económico ajudará a esclarecer melhor o alcance do debate teórico que procurámos acompanhar. Como James Tobin, pensamos que "as recomendações monetaristas em matéria de política económica resultam menos de considerações teóricas ou de resultados empíricos do que de óbvios juízos de valor. As preferências consistentemente reveladas nessas recomendações são no sentido de minimizar o sector público e de pagar um preço elevado em termos de desemprego para estabilizar os preços" ⁽⁶⁴⁹⁾.

22.3.1. – Uma leitura atenta das concepções monetaristas leva-nos à conclusão de que, na sua lógica, a condi-

⁽⁶⁴⁸⁾ Cfr. M. DESAI, [2], 13. Ao fazê-lo, talvez estejamos, afinal, a seguir na esteira de Keynes, ao menos para quem faça uma leitura da 'revolução keynesiana' como a que dela faz Joan Robinson, que merece o nosso acordo: "Ao tornar impossível acreditar por mais tempo na conciliação automática de interesses conflituantes num todo harmonioso, a *General Theory* pôs a claro o problema da escolha e do julgamento que os neoclássicos tinham conseguido escamotear. A ideologia que pretende acabar com todas as ideologias esboroou-se. A ciência económica tornou-se uma vez mais economia política" (Cfr. J. ROBINSON, [3], 86).

⁽⁶⁴⁹⁾ Cfr. J. TOBIN, [10], 336.

ção fundamental para que o desemprego possa reduzir-se é a diminuição dos salários reais: fora desta condição, as políticas assentes na expansão da procura global apenas gerarão inflação sem criarem empregos suplementares ⁽⁶⁵⁰⁾.

Assim se regressa à concepção pré-keynesiana segundo a qual o aumento do número de empregados ou a redução do número de desempregados só poderá conseguir-se através de uma diminuição dos salários reais.

Assim se regressa também a outro aspecto do pensamento pré-keynesiano segundo o qual a teoria da determinação do emprego aplicável ao nível da empresa individual é igualmente aplicável à determinação do nível global do emprego.

Assim se faz tábua rasa da crítica dirigida por Keynes aos "clássicos" ao demonstrar que é o nível do emprego, determinado pela procura efectiva, que determina o nível dos salários reais, e não o inverso. Assim se esquece a tese keynesiana — pressuposta na crítica do pensamento clássico — segundo a qual o montante dos salários reais é simultaneamente um elemento dos custos e um componente da procura global, pelo que a política de reduzir os salários nominais para aumentar o emprego não poderia deixar de fracassar, a não

⁽⁶⁵⁰⁾ Na síntese de F. HAYEK, [2], 298, "o problema do emprego é um problema de salários (wage problem)". A solução deste problema exige, por isso, segundo o autor, "o restabelecimento de um mercado do trabalho que proporcione salários compatíveis com uma moeda estável".

Esta é uma tese comum aos liberais, entre os quais se incluem os monetaristas. Considerando que o desemprego se traduz em uma série de desequilíbrios entre a oferta e a procura nos mercados do trabalho de sectores específicos da economia, entendem estes autores que o pleno emprego só pode ser restabelecido com base no ajustamento de preços e salários em cada sector particular da economia, até que a oferta e a procura de novo se equilibrem. A baixa dos salários aparece, assim, como um factor indispensável para ultrapassar as situações de desemprego.

ser que, por outra via, se conseguisse fazer aumentar a procura global (investimento, consumo, exportações).

Assim, os monetaristas e os “novos economistas clássicos” vão mais longe, no seu radicalismo, do que tinham ido os próprios “clássicos”, perdendo aqueles o realismo de que deram provas alguns destes últimos, entre os quais sobressai A.C.Pigou, que não defendia uma política de redução dos salários nem sequer a anulação ou a redução do subsídio de desemprego ⁽⁶⁵¹⁾.

As políticas propostas por Keynes nos anos trinta viam no desemprego o problema fundamental e procuravam resolvê-lo através de uma intervenção estadual mais ampla, de uma regulação da economia e de uma política de redistribuição do rendimento que possibilitasse o aumento da procura efectiva.

⁽⁶⁵¹⁾ Cfr. *supra*, notas 139 e 140. No entanto, mesmo durante a Grande Depressão, os fiéis mais ortodoxos dos dogmas liberais e da capacidade de auto-regulação das economias capitalistas combateram os subsídios de desemprego (existentes na Grã-Bretanha desde 1906), argumentando que o simples facto da sua existência encorajava a resistência dos sindicatos à baixa dos salários para o nível de equilíbrio. Ora, se as taxas dos salários pudessem baixar, argumentavam os ortodoxos, o equilíbrio retabelecer-se-ia automaticamente.

Durante a crise financeira de 1931, o governador do Banco de Inglaterra, por instigação dos meios financeiros dos EUA, ameaçou mesmo o governo trabalhista de que certos créditos poderiam ser cancelados se o subsídio de desemprego não fosse abolido (cfr. ROBINSON/EATWELL, 47).

A esta rigidez dos salários acrescentavam os defensores da tradição ortodoxa um outro elemento de rigidez para explicarem a crise. Este elemento ligava-se ao comportamento das empresas à margem das regras da concorrência: o seu poder de mercado permitia-lhes controlar os preços, reduzindo a flexibilidade destes, e resistir à baixa dos preços mesmo em fases de depressão e de quebra da procura. Curiosamente, este tipo de argumentação viria a ganhar maior ênfase a partir dos trabalhos de Joan Robinson e de E. H. Chamberlin sobre a concorrência imperfeita e a concorrência monopolista.

As políticas de inspiração monetarista, ao contrário, concedem prioridade absoluta ao combate à inflação, privilegiando a estabilidade monetária como objectivo de política económica, no confronto com o objectivo do pleno emprego (ou da redução do desemprego); procuram combater a inflação essencialmente com base na redução do crescimento da oferta de moeda; apostam na reanimação da actividade económica a partir da redução da intervenção estadual, da liberalização da economia e da destruição dos "monopólios sindicais".

Esta política anti-inflacionista opera através da contracção da actividade económica e do aumento do desemprego, esperando os seus defensores que daqui resulte uma redução dos salários reais capaz de assegurar às empresas uma taxa de lucro suficientemente elevada para estimular o aumento dos investimentos privados e o relançamento posterior da economia, com o consequente aumento do volume do emprego.

O 'monetarismo teórico' não considera os sindicatos *directamente* responsáveis pela inflação ⁽⁶⁵²⁾. Mas considera-os responsáveis pelo desemprego, dada a resistência que oferecem à baixa dos salários nominais ⁽⁶⁵³⁾. Assim sendo, os

⁽⁶⁵²⁾ Assim o entende também F. A. Hayek. "Diz-se muitas vezes - escreve F. HAYEK, [3], 281/282 - que o êxito das pressões sindicais no sentido de salários mais elevados produz inflação. Como tese geral, esta afirmação não é verdadeira. Só é verdadeira sob as condições particulares em que vivemos actualmente. Desde que se tornou doutrina geralmente aceita a ideia segundo a qual o dever das autoridades monetárias é o de prover crédito suficiente para garantir o pleno emprego qualquer que seja o nível dos salários, e desde que esse dever se vem impondo estatutariamente às autoridades monetárias, o poder dos sindicatos para pressionar os salários monetários no sentido da alta não pode deixar de conduzir a uma inflação contínua e progressiva". Em resumo: "como sempre, é a política monetária e nada mais que é a causa da inflação".

⁽⁶⁵³⁾ Friedman afirma expressamente que, ao exigirem salários

monetaristas defendem que os governos devem abandonar o objectivo político de manutenção do pleno emprego, uma vez que à política de pleno emprego é atribuída a responsabilidade pela inflação e uma vez que, para controlar a inflação, é indispensável que se deixe aumentar o desemprego.

E proclamam, por outro lado, que os sindicatos devem assumir toda a responsabilidade pela criação das condições para o pleno emprego da mão-de-obra. Quer dizer: enquanto houver trabalhadores desempregados, os sindicatos têm de aceitar a redução dos salários nominais. Este seria o único meio de forçar a mobilidade da mão-de-obra entre as indústrias e de elevar as margens de lucro, redistribuindo os trabalhadores de modo a que a distribuição da oferta de mão-de-obra acompanhe a distribuição da respectiva procura, favorecendo assim o aumento desta por parte das empresas.

F. A. Hayek – cujo ideário individualista e liberal é partilhado pelos monetaristas – afirma abertamente: “é necessário que a responsabilidade de estabelecer um nível de salários compatível com um nível de emprego elevado e estável seja de novo firmemente colocada onde deve estar: nos sindicatos” (654).

elevados, os sindicatos têm contribuído para restringir o número de postos de trabalho. Por isso, não hesita em proclamar que “as vitórias que os sindicatos fortes conseguem para os seus membros são obtidos acima de tudo à custa dos outros trabalhadores” (cfr. M. e Rose FRIEDMAN, [2], 305 307).

(654) Cfr. F. HAYEK, [2], 298. E, logo a seguir, escreve Hayek: “A actual divisão de responsabilidades em que aos sindicatos cabe apenas obter a taxa máxima de salários nominais sem ter em conta o efeito sobre o emprego, e as autoridades monetárias se responsabilizam por oferecer os aumentos de rendimento monetário para assegurar o pleno emprego ao nível de salários alcançado, conduz necessariamente a uma inflação contínua e progressiva”.

Mas Hayek vai mais longe ⁽⁶⁵⁵⁾. Considera “especialmente perigoso” o poder alcançado pelos sindicatos, poder que, a seu ver, se traduz na “coerção de homens sobre outros homens”, na “coerção de trabalhadores pelos seus companheiros trabalhadores”. Só porque se tem admitido que eles exerçam um tal poder de coerção “sobre aqueles que querem trabalhar em condições não aprovadas pelos sindicatos” é que estes se tornaram capazes de exercer igualmente uma poderosa coerção sobre os empregadores.

Tendo-se instalado a ideia de que é do interesse público que os sindicatos sejam restringidos o menos possível na prossecução dos seus objectivos, os monopólios sindicais acabaram por adquirir “privilégios únicos, de que não goza qualquer outra associação ou indivíduo”, situação que, segundo Hayek, equivale a aceitar que, no domínio das relações de trabalho, os fins justificam os meios.

“Pessoalmente – escreve Hayek –, estou convencido de que o poder dos monopólios sindicais é, juntamente com os modernos métodos de tributação, o principal factor de desencorajamento do investimento privado em equipamento produtivo”.

A satisfação da exigência dos sindicatos de aumentar os salários tendo em conta os aumentos da produtividade (os quais resultam muitas vezes da realização de novos investimentos e não de qualquer melhoria da produtividade da mão-de-obra) significa, para Hayek, o reconhecimento do direito de expropriar uma parte do capital das empresas. Vejamo-lo nas suas próprias palavras ⁽⁶⁵⁶⁾: “O reconhecimento do direito do trabalhador de uma empresa, enquanto trabalhador, de participar numa quota dos lucros, indepen-

⁽⁶⁵⁵⁾ Cf. F. HAYEK, [3], 281 ss.

⁽⁶⁵⁶⁾ Cf. F. HAYEK, [3], 291-293.

dentemente de qualquer contribuição que ele tenha feito para o seu capital, faz dele proprietário de uma parte da empresa. Neste sentido, tal exigência é, sem dúvida, puramente socialista e, o que é mais, não baseada em qualquer teoria socialista do tipo mais sofisticado e racional, mas no mais grosseiro tipo de socialismo, vulgarmente conhecido por sindicalismo”.

A partir de tal entendimento da acção dos sindicatos, compreende-se que Hayek levante a questão de saber “até onde se permitirá que os grupos organizados de trabalhadores industriais utilizem o poder coercivo que adquiriram de forçar no resto do país uma mudança nas instituições fundamentais em que assenta o nosso sistema económico e social”. Perante uma tal subversão das instituições, a resposta é clara: “Há um momento em que todos os que desejam a preservação do sistema de mercado baseado na livre empresa têm que desejar e apoiar sem ambiguidade uma recusa frontal daquelas exigências [as exigências sindicais], sem vacilar perante as consequências que esta atitude possa ter a curto prazo”.

Num artigo muito conhecido de Haberler sobre política de salários, emprego e estabilidade económica, pode ler-se exactamente que muitas das dificuldades por ele consideradas das mais relevantes nas economias capitalistas actuais (“salários monetários rígidos à baixa” e “pressão constante à alta das taxas de salário monetário”) são atribuídas à “legislação do salário mínimo, aos planos de segurança social, aos subsídios de desemprego mais liberais”⁽⁶⁵⁷⁾. E estas são realidades apontadas como o fruto da acção do que em outro artigo o mesmo autor chama os “opressivos

⁽⁶⁵⁷⁾ Cfr. G. HABERLER, [2],165.

monopólios do trabalho”, um dos “vícios [sic] dos países mais desenvolvidos” que “muitos países subdesenvolvidos foram mais rápidos a adoptar” ⁽⁶⁵⁸⁾. Não admira, por isso, que Haberler defenda que “o poder das organizações operárias cresceu até um ponto em que os sindicatos começam a ser incompatíveis com a economia de livre empresa”. O que justificaria, em sua opinião – que abona com posição idêntica de Milton Friedman –, que “se se quer preservar o sistema de livre empresa, e se se quer evitar os controlos drásticos, será necessário mudar as actuais políticas salariais e reduzir o poder monopolístico dos sindicatos operários” ⁽⁶⁵⁹⁾.

Não terão ido tão longe nesta franqueza os governos cujas políticas se reclamam abertamente das concepções monetaristas (salvo, é claro, em países menos ‘exigentes’ do

⁽⁶⁵⁸⁾ Cfr. G. HABERLER, [1], 90/91.

⁽⁶⁵⁹⁾ Cfr. G. HABERLER, [2], 165 e 173. São propostas que fazem lembrar tempos antigos. Atente-se nesta advertência de *The Economist* aos operários do Lancashire, em 1863 (*apud* R. LEKACHMAN, 102/103): “Nenhum homem ou mulher tem direito a pedir nem motivos para esperar pelo seu trabalho um salário igual quando existem 250.000 operários desempregados e quando toda agente tem emprego (...). Nenhum trabalhador que se negasse a trabalhar com salários de subsistência deveria ter direito a receber ajudas de carácter caritativo”.

A incompreensão do fenómeno do sindicalismo (ou o propósito de o desvirtuar para mais facilmente o atacar) por parte de Friedman leva-o a defender que os sindicatos não são “um produto do desenvolvimento industrial moderno”, antes “constituem até um retrocesso ao período pré-industrial, às corporações que eram a forma característica de organização tanto dos comerciantes como dos artesãos das cidades do fim da época feudal” (cfr. M. e Rose FRIEDMAN, [2], 300).

A redescoberta das concepções individualistas e liberais do séc. XVIII alimentará mesmo teses no sentido de que os sindicatos devem ser abolidos, porque, além de serem agentes subvertedores do sistema de livre empresa, eles não realizam nenhuma função económica útil, pois não há razão para que os ‘homens económicos’ actuem de forma colectiva (*apud* GAMBLE/WALTON, 107).

chamado Terceiro Mundo, como tem acontecido com as ditaduras militares latino-americanas e como acontece nos 'paraísos laborais' do tipo da Coreia do Sul, Singapura, Taiwan, etc.). Mas a verdade é que vários autores denunciaram a actuação sistemática dos governos conservadores no Reino Unido (particularmente os da Sr^a Thatcher) no sentido de enfraquecer o poder dos sindicatos, na tentativa de criar condições que permitam retirar-lhes força reivindicativa e capacidade de pressão sobre o governo, por forma a permitir que este se furte à adopção de medidas de defesa do emprego e de promoção do pleno emprego ⁽⁶⁶⁰⁾.

Num país onde o movimento sindical era tradicionalmente considerado uma instituição quase tão intocável como a realeza, a própria Primeira Ministra não hesitou em acusar os sindicatos de quererem "destruir o estado", erigindo-os desse modo em *inimigo interno* sobre o qual toda a repressão se pretende legitimada. Tal como nos primórdios da revolução industrial, quando os novos assalariados industriais eram apontados e tratados como "bárbaros que ameaçam invadir a cidade".

22.3.2. – Os liberais dos nossos dias (entre os quais incluímos Milton Friedman) colocam a liberdade individual (a *liberdade para escolher*) acima de quaisquer outros valores. E defendem que a liberdade económica é condição *sine qua non* da liberdade política. A *economia de mercado livre* impõe-se, nesta óptica, não apenas pela superior eficiência económica que lhe é atribuída, mas também por razões de ordem política. Friedman subscreve a proclamação de 1947 da *Société du Mont Pélérin*, em cujos trabalhos participa: "sem o poder difuso e a iniciativa associada a estas instituições [a

⁽⁶⁶⁰⁾ Cfr. M. DESAI, [2], 224.

propriedade privada e o mercado de concorrência], é difícil imaginar uma sociedade em que a liberdade possa ser efectivamente salvaguardada". No projecto de sociedade que subjaz ao seu modelo económico, Milton Friedman advoga o ideal jeffersoniano de um "governo sensato e frugal, que impedirá os homens de se prejudicarem mutuamente e os deixará, por outro lado, livres para dirigir os seus próprios interesses na indústria" ⁽⁶⁶¹⁾.

É uma concepção que diverge radicalmente da de Keynes e da generalidade dos neokeynesianos. Já vimos como Keynes perspectiva, na *General Theory*, o papel do estado nas modernas economias capitalistas, apontando no sentido de "uma ampla expansão das funções tradicionais do estado" e admitindo mesmo "a existência de órgãos centrais de direcção" ⁽⁶⁶²⁾. Mas já na famosa conferência de 1924 sobre "The End of Laissez-Faire" Keynes defendia a necessidade de uma certa coordenação pelo estado do aforro e do investimento de toda a comunidade. "Creio - escreveu ele - que é necessária uma acção inteligentemente coordenada para definir a escala em que é desejável o aforro da comu-

⁽⁶⁶¹⁾ Cfr. M. e Rose FRIEDMAN, [2], 33. Milton Friedman defende, aliás, que o critério de Adam Smith para delimitar a esfera de acção do estado se tem revelado demasiado permissivo. "Quase não há nenhuma actividade - escreveu M. Friedman em 1976, *apud* G. FEIWEL, [2], 146 - que não se tenha considerado adequada à intervenção do estado de acordo com os argumentos de Smith. É fácil afirmar, como o faz Smith mais de uma vez, que há 'efeitos externos' que colocam uma actividade ou outra na esfera do 'interesse público', e não na esfera do 'interesse de algum indivíduo ou algum número pequeno de indivíduos'. Não há critérios objectivos amplamente aceites para avaliar tais asserções, para medir a grandeza dos efeitos externos, para identificar os efeitos externos das acções governamentais e compará-los com os efeitos externos que se produziriam se se deixassem as coisas em mãos privadas. A análise superficialmente científica de custo-benefício erigida com base em Smith transformou-se numa formidável Caixa de Pandora".

⁽⁶⁶²⁾ Cfr. J. KEYNES, [1], 379.

nidade como um todo, a escala em que esse aforro deve exportar-se sob a forma de investimentos estrangeiros, e para definir se a presente organização do mercado de investimento distribui o aforro pelos canais nacionais mais produtivos. Penso que estas questões não devem ser deixadas inteiramente à mercê de juízos privados e dos lucros privados, como acontece no presente”.

Keynes não é, porém, um colectivista. Por isso insiste na necessidade de definir a esfera de acção do estado, que não deveria substituir-se aos indivíduos. “Devemos procurar separar aqueles serviços que são *tecnicamente sociais* daqueles que são *tecnicamente individuais*, escreve Keynes. O mais importante *Agenda* do estado diz respeito não àquelas actividades que os indivíduos privados já estão a preencher, mas àquelas funções que ficam fora da esfera dos indivíduos, àquelas decisões que *não são tomadas por ninguém* se o estado as não tomar. O que é importante não é que o estado faça, um pouco melhor ou um pouco pior, coisas que os indivíduos já estão a fazer, mas que faça coisas que não estão a ser feitas em absoluto” (663).

Em coerência com o seu projecto de sociedade, Milton Friedman considera que se deve impedir que o estado controle, sob qualquer forma, a actividade económica, pois tal não é mais do que uma forma de impedir a concentração de mais poder nas mãos do estado. Ao invés, deve assegurar-se a sua disseminação por grande número de pessoas, que assim ficarão mais livres, compensando de algum modo o poder político do estado.

No plano da economia, o liberalismo de Friedman afirma-se pela confiança absoluta na *mão invisível* smithiana e nas potencialidades do *laissez-faire* e do mecanismo dos

(663) Cfr. J. KEYNES, *CW*, t.IX, 291/292.

preços, justificando, também neste aspecto, o retrato que dele fez Galbraith: “é um economista do século XVIII”. Pois este “economista do século XVIII” defende o seguinte: “O sistema de preços permite que as pessoas cooperem pacificamente numa fase da sua vida enquanto cada uma trata daquilo que lhe interessa. A ideia luminosa de Adam Smith foi reconhecer que os preços que emergiam de transacções voluntárias entre compradores e vendedores – em resumo, um mercado livre – podiam coordenar a actividade de milhões de pessoas, cada uma à procura dos seus próprios interesses” (664).

(664) Cfr. M. e Rose FRIEDMAN, [2], 42. Cremos, porém, que Adam Smith foi bastante mais realista (ou menos ingénuo, ou menos mistificador) acerca da perfeição do mercado livre e da excelência dos seus resultados, ao menos no que se refere ao mercado do trabalho. “Os salários correntes do trabalho – escreve ele – dependem, por toda a parte, de contrato habitualmente celebrado entre duas partes, cujos interesses não são de modo algum idênticos. Os operários pretendem obter o máximo possível, os patrões procuram pagar-lhes o mínimo possível”.

Adam Smith revela, nesse trecho, uma clara compreensão da natureza do salário nas relações de produção de tipo capitalista e do enquadramento jurídico do ‘contrato de trabalho’, expressamente apontado como um contrato entre duas partes cujos interesses não são idênticos e cuja posição relativa não é de igualdade, mas de acentuada desigualdade. Esta resulta da seguinte consideração: “Um proprietário, um rendeiro, um dono de uma fábrica, ou um comerciante, poderiam normalmente subsistir um ou dois anos sem empregar um único trabalhador, com base no pecúlio previamente acumulado. Muitos trabalhadores não conseguiriam subsistir uma semana, poucos subsistiriam um mês, e praticamente nenhum sobreviveria um ano sem emprego. A longo prazo, o operário pode ser tão necessário ao patrão como o patrão lhe é necessário a ele, mas a necessidade não é tão imediata”.

Mas Adam Smith leva mais longe as sua reflexões: “Não é difícil prever qual das partes, em circunstâncias normais, levará sempre a melhor nesta disputa [a disputa entre os operários que “pretendem obter o máximo possível” e os patrões que “procuram pagar-lhes o mínimo possível”] e obrigará a outra a aceitar os seus próprios termos”. “Os patrões, sendo em menor número – escreve Adam Smith – têm muito

Estamos longe da visão keynesiana, que vem de doze anos antes da publicação da *General Theory*. Em "The End of Laissez-Faire" escreveu Keynes este 'discurso' contra os princípios "metafísicos" em que se fundamenta o *laissez-faire*: "Não é verdade que os indivíduos disponham de uma inquestionável 'liberdade natural' nas suas actividades económicas. Não existe nenhum 'contrato' que confira direitos perpétuos aos que têm ou aos que adquirem. O mundo não é governado a partir de cima de modo que os interesses privados e os interesses sociais sempre coincidam. E não é gerido a partir de baixo de modo que, na prática, eles coincidam. Não é uma dedução correcta dos princípios da economia que o interesse próprio esclarecidamente entendido opere sempre no interesse público. Nem é verdade que o interesse próprio *seja* em regra esclarecidamente entendido; a maior parte das vezes os indivíduos que actuam isoladamente para prosseguir os seus próprios objectivos são demasiado ignorantes ou demasiado fracos,

maior facilidade em associar-se; além disso, a lei autoriza, ou pelo menos não proíbe, as suas coligações, enquanto proíbe as dos trabalhadores. Não temos qualquer lei do parlamento contra as coligações destinadas a baixar o preço do trabalho, mas temos muitas contra aquelas que pretendem elevá-lo".

(...) "Tem-se dito que é raro ouvir-se falar de coligações de patrões, enquanto se ouve com frequência falar nas dos operários. Mas quem quer que, com base nesse facto, imagine que os patrões raramente se coligam é tão ignorante do mundo como deste assunto. Os patrões mantêm sempre e por toda a parte uma espécie de acordo tácito, mas constante e uniforme, tendente a que os salários do trabalho se não elevem para além da taxa que vigora no momento". (...) Às vezes, os patrões entram também em coligações específicas para fazer descer os salários do trabalho ainda abaixo dessa taxa. Estas são sempre organizadas debaixo do maior silêncio e segredo, até serem postas em prática e, quando os trabalhadores cedem, como por vezes acontece, sem opor resistência, as outras pessoas nunca chegam a ouvir falar delas, por muito gravemente que pesem sobre os trabalhadores" (cfr. A. SMITH, I, 176-178 e 199/200).

mesmo para atingir estes objectivos. A experiência *não* mostra que, quando os indivíduos formam uma unidade social, sejam sempre menos esclarecidos do que quando actuam separadamente.

“Não podemos, portanto – continua Keynes –, basear-nos em fundamentos abstractos, antes devemos considerar em pormenor, pelos seus próprios méritos, o que Burke chamou ‘um dos mais delicados problemas legislativos, nomeadamente, determinar os assuntos que o estado deve chamar a si para os dirigir directamente numa óptica de interesse público, e os que deve deixar, interferindo o menos possível, à iniciativa individual’. Temos de distinguir entre o que Bentham, na sua esquecida mas útil nomenclatura, costumava designar por *Agenda* e *Non-Agenda*, e fazê-lo sem a presunção *a priori* de Bentham de que a interferência do estado é, ao mesmo tempo, ‘geralmente desnecessária’ e ‘geralmente perniciosa’”⁽⁶⁶⁵⁾.

Neste domínio da filosofia social, cremos que a fronteira mais relevante entre o keynesianismo e o liberalismo friedmaniano reside no facto de os liberais colocarem fora da esfera da responsabilidade do estado as questões atinentes à justiça social, para cometerem ao estado apenas a garantia da liberdade individual, que asseguraria a todos igualdade de oportunidades. Negam, por isso, toda a legitimidade (e afirmam a completa ineficiência) das políticas de redistribuição do rendimento orientadas para o objectivo de reduzir as desigualdades de riqueza e de rendimento, na busca de mais equidade, de mais justiça social, de mais igualdade efectiva entre as pessoas⁽⁶⁶⁶⁾. Admitem apenas a

⁽⁶⁶⁵⁾ Cfr. J. KEYNES, *CW*, t. IX, 287/288.

⁽⁶⁶⁶⁾ Ainda aqui, é inevitável que se recorde Adam Smith. Também para ele ao estado estava vedada qualquer intervenção correctiva das desigualdades: “Ferir os interesses de uma classe de cidadãos, por

redistribuição do rendimento através do estado com vista a evitar situações de pobreza intolerável. “Uma sociedade que põe a igualdade – no sentido de igualdade de resultados – à frente da liberdade, escrevem Milton e Rose Friedman ⁽⁶⁶⁷⁾, acabará por não ter nem igualdade nem liberdade. (...) Por outro lado, uma sociedade que põe a liberdade em primeiro lugar acabará por ter, como feliz subproduto, mais liberdade e mais igualdade”.

Keynes adopta uma perspectiva completamente diferente e os neokeynesianos de hoje incluem expressamente entre as funções do estado, a par da promoção do crescimento económico, do pleno emprego e da estabilidade da economia, a redistribuição do rendimento com vista a um grau mais elevado de justiça social.

Na *General Theory* Keynes identifica os dois vícios que considera mais marcantes das economias capitalistas. E, a par da possibilidade da existência de *desemprego involuntário*, ele refere que a “repartição da riqueza e do rendimento é arbitrária e carece de equidade”. E defende que a correcção destes ‘vícios’ constitui a principal responsabilidade do estado.

Embora aceite que a propriedade privada e o agulhão do lucro possam ser factores estimulantes do progresso económico, entende que “a sabedoria e a prudência exigirão sem dúvida aos homens de estado autorizar a prática do jogo sob certas regras e dentro de certos limites”. Por outro lado, defende que a acentuada desigualdade de rendimentos

mais ligeiramente que possa ser, sem outro objectivo que não seja o de favorecer qualquer outra classe – escreve Adam SMITH, I, 70 – é uma coisa evidentemente contrária àquela justiça, àquela igualdade de protecção que o soberano deve, indistintamente, aos seus súbditos de todas as classes”.

⁽⁶⁶⁷⁾ Cfr. M. e Rose FRIEDMAN, [2], 202.

contraria mais do que favorece o desenvolvimento da riqueza, negando assim uma das principais justificações sociais da grande desigualdade de riqueza e de rendimento. “Podem justificar-se, por razões sociais e psicológicas, desigualdades significativas de riqueza, mas não desigualdades tão marcadas como as que actualmente se verificam” ⁽⁶⁶⁸⁾.

Ficava assim legitimada a intervenção do estado na busca de maior justiça social, de maior igualdade entre as pessoas, os grupos e as classes sociais. A “equação keynesiana” veio mostrar que é possível conciliar o progresso social e a eficácia económica. E o discurso keynesiano tornou claro que a conciliação destes dois objectivos (em vez da aceitação da sua natureza conflituante) é uma necessidade decorrente das estruturas económicas e sociais do capitalismo contemporâneo. A esta necessidade respondeu, a partir dos anos trinta, e, mais acentuadamente, a partir da Segunda Guerra Mundial, a criação do *estado-providência*, assente na intervenção económica, na redistribuição da riqueza e do rendimento, na regulamentação das relações sociais.

Os neokeynesianos, embora não escondendo alguma frustração acerca dos resultados das políticas de redistribuição do rendimento e mesmo algumas críticas ao desempenho do estado-providência, mantêm-se firmes na defesa das suas opções neste domínio, baseadas no *princípio da responsabilidade social colectiva*. Trinta e cinco anos depois de Keynes, James Tobin sustentava que “a *welfare-economics* continua a ser um tema relevante e estimulante. Atrevo-me a acreditar – acrescenta Tobin ⁽⁶⁶⁹⁾ – que ela tem um brilhante futuro”. Paul Samuelson e William Nordhaus,

⁽⁶⁶⁸⁾ Cfr. J. KEYNES, [1], 372-374.

⁽⁶⁶⁹⁾ Cfr. J. TOBIN, [8], 18.

embora reconhecendo que “o humanitarismo tem os seus custos”, defendem que o estado de bem-estar não permitirá que os trabalhadores regressem ao século XIX: “são poucos aqueles que propõem que o relógio da história volte para trás, de regresso ao regime sem compaixão do capitalismo puro” (670).

Pois bem. Os liberais entendem que a obrigatoriedade dos descontos para a segurança social constitui um atentado contra a liberdade individual, cometido em nome do objectivo de garantir as pessoas contra determinadas situações (desemprego, doença, invalidez, velhice). Mas este objectivo, segundo o pensamento liberal, ficará melhor acautelado (com menores custos financeiros e menores custos sociais) se cada pessoa (ou cada família) o assumir como responsabilidade própria, tomando, em conformidade, as medidas adequadas.

Na verdade, Milton Friedman defende que o deprimido esbanjamento de recursos financeiros é ainda o menor de todos os males resultantes dos programas paternalistas de segurança social. “O maior de todos os seus

(670) Cfr. SAMUELSON/NORDHAUS, 313. Tendo em conta a situação de desemprego e de miséria que afecta milhões de pessoas (mais de 30 milhões de desempregados nos países da OCDE; 70 milhões de indivíduos sem emprego e cerca de 500 milhões de subempregados em outras regiões do mundo; 881 milhões de pessoas vivendo abaixo de nível de subsistência, o Director-Geral da OIT, Francis Blanchard, escrevia em fins de Dezembro de 1987 (transcrito de *Le Monde Diplomatique*, Janeiro de 1988, p.3): “Para milhões de pessoas, a palavra ‘reestruturação’ é um eufemismo que significa desemprego, pobreza, malnutrição e outros males sociais que ela provoca. Anular os ganhos sociais das três últimas décadas, dismantelar a protecção social e regressar aos níveis de desemprego que o mundo não conheceu desde há meio século, tudo isso dificilmente pode chamar-se progresso. Deve haver outros meios, menos dolorosos e menos custosos, de realizar o desenvolvimento económico”.

males é o efeito maligno que exercem sobre a estrutura da nossa sociedade. Eles enfraquecem os alicerces da família; reduzem o incentivo para o trabalho, a poupança e a inovação; diminuem a acumulação do capital; e limitam a nossa liberdade. Estes são os principais factores que devem ser julgados”⁽⁶⁷¹⁾.

Contra o estado-providência e as suas regalias sociais, os monetaristas sustentam que as transferências sociais, reduzindo o custo do ócio (do não-trabalho), são uma autêntica subvenção à preguiça. Utilizando o comentário de Galbraith perante as opções da Administração Reagan neste domínio, poderemos sintetizar deste modo a ‘filosofia’ dos neoliberais: “Os ricos não trabalham o suficiente porque não ganham o suficiente; os pobres trabalham pouco porque ganham demasiado”.

No que se refere à redistribuição operada através do sistema de segurança social, Milton Friedman sustentou, em entrevista a “Le Nouvel Observateur” (Abril de 1981), que ele “tira o dinheiro aos pobres, aos ricos e às classes médias, para distribuir apenas aos ricos e às classes médias”⁽⁶⁷²⁾.

⁽⁶⁷¹⁾ Cfr. M. e Rose FRIEDMAN, [2], 178. Noutra passagem (p. 172), os autores sustentam que o actual sistema de assistência social “não só mina e destrói a família como também envenena o florescimento das actividades de caridade privadas”. Esta é uma tónica presente em todas as correntes do neoliberalismo, que por isso mesmo consideram, com Milton Friedman, que o princípio da responsabilidade social colectiva é “uma doutrina fundamentalmente subversiva”. Graças às políticas sociais, o estado tende a transformar-se em *instituição de assistência*, o que – sustenta G. MANCA, 323 – comportaria “uma inevitável limitação da dignidade e da liberdade individual” e enfraqueceria “o sentido da responsabilidade que é uma das características mais relevantes do homem e o estímulo mais vital da sua acção”.

⁽⁶⁷²⁾ Entrevista transcrita em “O Jornal”, de 24.4.81. A este propósito, M. e Rose FRIEDMAN, [2], 152, citam George Stigler: “as despesas públicas [com a segurança social] são feitas em benefício directo da classe média e financiadas pelos impostos, na maioria provenientes dos pobres e dos ricos”.

Os monetaristas acusam também as políticas keynesianas associadas ao *welfare state* de gerarem pressões inflacionistas, acabando por ser prejudicados mais fortemente com a inflação os grupos sociais que aquelas políticas pretendem proteger. E com o argumento de que o sofrimento dos pobres com a inflação e o desemprego é maior do que aquilo que ganham com os programas de segurança social, os monetaristas defendem, com perfeita paz de consciência, uma política de cortes drásticos nas despesas públicas destinadas a fins sociais e mesmo a eliminação do sistema público de segurança social. Deste modo – argumentam – podem baixar os impostos para que aumente o rendimento à disposição dos ricos e estes possam aumentar as suas despesas de consumo e de investimento, relançando a economia, aumentando a produção e o emprego. Assim se regressa à velha tese de que o luxo dos ricos é que garante a sobrevivência dos pobres. Assim se regressa a Malthus, renegando Keynes.

Friedman invoca ainda, contra os sistemas de segurança social, que eles acabam por traduzir-se, em termos reais, em que “os pobres tendem a pagar taxas durante maior número de anos e a receber benefícios durante um período de tempo inferior ao dos ricos”⁽⁶⁷³⁾, o que reforçaria a sua tese dos efeitos perversos dos sistemas de segurança social enquanto mecanismos de redistribuição do rendimento.

Admitimos que podem ter algum fundamento estas críticas de Milton Friedman. Os efeitos redistributivos dos sistemas de segurança social têm sido muito inferiores aos que inicialmente os seus adeptos esperavam deles. E são relevantes as contradições que os afectam. Pensamos, porém,

⁽⁶⁷³⁾ Cf. M. e Rose FRIEDMAN, [2], 151.

que estas contradições não são separáveis das contradições do sistema em que tais políticas se inserem e cuja lógica fundamental não podem contrariar ⁽⁶⁷⁴⁾.

Mas a questão que se põe é a de saber se há outra alternativa melhor, no quadro do capitalismo. Em nossa opinião, essa alternativa não está, com certeza, nas propostas de Milton Friedman e dos neoliberais em geral ⁽⁶⁷⁵⁾.

Fiel ao seu ideário liberal, Friedman defende, porém, com toda a clareza, a necessidade de “derrubar definitivamente este Estado-providência ao serviço dos ricos e das classes médias”, advogando a ideia de que, em vez dele, “é altura de as democracias ocidentais retomarem os incentivos

⁽⁶⁷⁴⁾ Estudámos há uns anos alguns aspectos desta problemática em A. J. AVELÃS NUNES, [1], 30-42 e 64-74. Num estudo muito lúcido e esclarecedor sobre a crise do estado-providência, Pierre Rosanvallon defende a ideia de que esta crise é também a crise do modelo social-democrata tradicional, apontando, a seu ver, não para o regresso ao liberalismo puro nem para a “manutenção nostálgica do modelo keynesiano”, mas para o que chama “post-social-democracia”, buscando um novo *compromisso social* que “produza efeitos equivalentes àquilo que representava o compromisso social-democrata no quadro do espaço keynesiano” (cfr. P. ROSANVALLON, 10 e 136).

⁽⁶⁷⁵⁾ E a verdade é que o acentuado agravamento da desigualdade na distribuição do rendimento e o dramático alargamento das camadas da população situadas abaixo da linha de pobreza oficial são fenómenos constantes e inequívocos nos países onde – sob várias vestes – têm sido levadas à prática as receitas neoliberais, desde o Brasil e a Argentina dos militares e o Chile de Pinochet e dos ‘Chicago Boys’, aos EUA de Reagan e à Grã-Bretanha da Sra. Thatcher. Neste último país, os (muito) ricos têm enriquecido (muito) mais ainda (“get rich quickly” parece ser o lema do novo liberalismo, a recordar o “Enrichissez-vous” do velho Guizot). Mas os pobres têm-se tornado (muito) mais pobres. Não só aumentou consideravelmente o número dos pobres como se ampliou gravemente a diferença de rendimento entre o pequeno número dos muito ricos e a grande massa dos muito pobres. Hoje, talvez mais acertadamente do que em qualquer outra altura depois de Disraéli, o Primeiro-Ministro inglês bem poderá dizer: “A nossa rainha reina sobre duas nações...”.

para produzir, empreender, investir” (676). Estamos assim regressados à matriz smithiana da *indústria, prudência e parcimónia* como condições básicas do progresso. Estamos assim em consonância com os valores exaltados pela *New Era* iniciada com Reagan nos EUA, apoiada no apelo quase religioso (há quem fale da *reaganomics* como de uma verdadeira *contra-reforma* no domínio da economia...) à trilogia mágica do ‘êxito’ americano (*Trabalho-Aforro-Investimento*), levada à prática em termos que alguém definiu como uma espécie de *New Deal ao contrário*.

Friedman considera que, se não tivessem sido aplicados os programas de assistência social, “muitas das pessoas hoje dependentes desses programas ter-se-iam transformado em indivíduos auto-suficientes, em vez de protegidos do estado”. Mas entende que, no estado actual das coisas, tais programas “não podem, pura e simplesmente, ser postos de parte da noite para o dia”. Daí a sua proposta de um *programa de transição* que consistiria em: a) substituir o sistema público de *Assistência Social* (“old age assistance”, “aid to dependent children”, “public housing”, “general assistance”, entre outros programas) por “um único e vasto programa de suplementos salariais em dinheiro”; b) libertar a *Segurança Social*, estimulando as pessoas, gradualmente, a “tomarem as suas próprias disposições no sentido de assegurarem o seu futuro” (677).

Uma peça importante deste programa é o *imposto negativo de rendimento*, que Friedman apresentou pela primeira vez em 1962 (678). Muito esquematicamente, esta

(676) Cf. entrevista citada, em “O Jornal”, 24.4.81.

(677) Cf. M. e Rose FRIEDMAN, [2], 176-194.

(678) Cf. M. e Rose FRIEDMAN, [1], 190-195.

proposta significaria que as pessoas (ou as famílias) cujo rendimento fosse inferior ao montante das isenções e deduções praticadas para o efeito do cálculo da matéria colectável sobre que incide o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares não só não pagariam qualquer imposto, mas receberiam da administração fiscal uma contribuição em dinheiro calculada em função das taxas fixadas para o imposto negativo de rendimento, as quais incidiriam sobre a diferença entre o rendimento auferido por cada contribuinte e o montante daquelas isenções e deduções ⁽⁶⁷⁹⁾.

Esta proposta de Milton Friedman parte da consciência de que a pobreza existe e de que ela não pode ser mitigada pela caridade privada (“o mais desejável” de todos os meios para aliviar a pobreza), uma vez que “um dos custos maiores da extensão das *governmental welfare activities* foi o correspondente declínio das actividades privadas de caridade”, que proliferaram no Reino Unido e nos EUA no período áureo do *laissez-faire*, na segunda metade do século XIX.

Friedman considera que “a caridade privada dirigida para ajudar os menos afortunados é um exemplo do uso correcto da liberdade”. Está a pensar, evidentemente, na liberdade daqueles que fazem a caridade. Mas e a liberdade dos que se vêem na necessidade de ‘estender a mão à caridade’? Não serão estes, precisamente, aqueles que mais se vêem privados da sua *dignidade e liberdade* como pessoas, o mais elevado dos valores a proteger, segundo o ideário liberal? Ao proclamar que a única igualdade a que os homens têm direito é “o seu igual direito à liberdade”,

⁽⁶⁷⁹⁾ Para uma exposição genérica do imposto negativo de rendimento e da lógica do seu funcionamento enquanto instrumento de redução da pobreza, cfr. TEIXEIRA RIBEIRO, [1], 355-361.

garantirá o liberalismo a liberdade e a dignidade de todos e de cada um dos homens? A proposta friedmaniana de regresso ao passado não contém a promessa de nenhum 'paraíso', mas contém a ameaça de nos fazer regressar ao 'inferno perdido' do apogeu do *laissez-faire*.

Mas, para além do reduzido volume das actividades privadas de caridade, Friedman parece reconhecer que a solução da caridade dificilmente resolveria o problema "nas grandes comunidades impessoais que vêm crescentemente dominando as nossas sociedades". Só nestas condições é que, como bom liberal, Milton Friedman admite a acção do estado para "aliviar a pobreza", embora lamente que tenha de se substituir a acção voluntária das pessoas pela actividade (compulsiva) do estado, sempre vista como uma ameaça à liberdade individual.

Fica assim definido o único objectivo do imposto negativo de rendimento, segundo M. Friedman: aliviar a pobreza ⁽⁶⁸⁰⁾. De que modo? Ajudando os pobres da maneira mais útil, i.é, na óptica de Friedman, dando-lhes dinheiro. A partir daí começa o reino da 'soberania do consumidor', confiando os resultados à liberdade individual e às leis do mercado livre, sem curar de saber quem é o 'rei' e quem são os 'súbditos' naquele 'reino'.

Creemos que é esta a maior vantagem que Friedman atribui ao sistema baseado no imposto negativo de rendimento: caracterizando-o — e bem — como uma forma de *intervenção* do estado ("governmental action to alleviate

⁽⁶⁸⁰⁾ Este parece ser, como mostra Teixeira Ribeiro, o único objectivo que logicamente pode esperar-se do imposto negativo de rendimento (cfr. TEIXEIRA RIBEIRO, [1], 358-361). Há, no entanto, quem defenda que a proposta de Friedman, nas suas condições concretas, sacrificaria claramente o objectivo proclamado de reduzir a pobreza (cfr. J. XAVIER de BASTO, 21-23).

poverty”), entende que a sua forma de actuação “não distorce o mercado nem impede o seu funcionamento” ⁽⁶⁸¹⁾.

Mas, se bem vemos, esta equação do problema envolve uma contradição insanável. Se se admite a *intervenção* do estado é porque se aceita que o livre exercício da ‘soberania do consumidor’ e as leis do mercado produziram resultados indesejáveis. Mas então como justificar uma intervenção do estado que vai remeter tudo de novo para as leis do mercado livre? A ‘mão visível’ do estado-providência não substitui, verdadeiramente, a ‘mão invisível’ da *free market society*.

No âmbito do projecto global de sociedade defendido por Friedman, parece-nos que esta contradição é ultrapassada na medida em que o seu objectivo último é o de *eliminar total e definitivamente o estado-providência*. Em “Liberdade para escolher”, o imposto negativo de rendimento é apresentado como elemento de um “programa de transição” cujos objectivos referimos atrás ⁽⁶⁸²⁾. Como elemento deste programa, o INR destinava-se a substituir o conjunto dos programas do sistema público de *assistência social* existentes nos EUA. O INR não é apresentado, portanto, como alternativa ao sistema de *segurança social* ⁽⁶⁸³⁾.

⁽⁶⁸¹⁾ Cfr. M. e Rose FRIEDMAN, [1], 191. Para além de outras vantagens, Friedman calcula (em 1962) que o imposto negativo de rendimento – ainda que complementasse o rendimento de 20% das unidades de consumo – custaria ao estado menos de metade de todos os programas que nos EUA se destinam especificamente a aliviar a pobreza (p. 194).

⁽⁶⁸²⁾ Cfr. M. e Rose FRIEDMAN, [2], 168.

⁽⁶⁸³⁾ Menos claro será talvez o sentido da primeira proposta de Friedman em “Capitalism and Freedom”. Aqui, parece que o imposto negativo de rendimento é encarado como alternativa ao *welfare state*, pretendendo-se que ele substitua “our present collection of welfare measures”, sem excluir que nestas *welfare measures* se queiram abranger também os benefícios da segurança social (subsídios de desemprego, de doença e invalidez, direito a uma pensão de reforma, sistema público de saúde) e outras formas de garantia para os trabalhadores de rendimentos

Mas os autores não escondem que “a melhor solução seria associar a promulgação de um imposto negativo de rendimento com o término gradual da Segurança Social”, adiantando um conjunto de medidas que, em seu entender, “possibilitariam o desmantelamento imediato do actual aparelho administrativo da Segurança Social”. E terminam explicitando as vantagens que atribuem à “extinção do actual sistema de segurança social” ⁽⁶⁸⁴⁾.

Deixaremos aqui de lado a análise das potencialidades de um sistema que integrasse um imposto negativo de rendimento. A verdade é que um tal sistema não foi até hoje levado à prática de forma generalizada e continuada. Realçaremos apenas que os objectivos que podem ser-lhe atribuídos não se confundem com os objectivos dos sistemas de segurança social tal como eles têm sido desenvolvidos no quadro do moderno estado-providência. A vigência de um imposto negativo de rendimento não implica, portanto, a aniquilação dos sistemas de segurança social e do estado-providência.

Mas é este, inequivocamente, o objectivo das propostas friedmanianas. À sua filosofia liberal repugna qualquer ideia de *responsabilidade social colectiva*, de socialização das

mais baixos (legislação sobre o salário mínimo, v.g.). Cfr. M. e Rose FRIEDMAN, [1], 193.

⁽⁶⁸⁴⁾ Essas são, no fundo, as vantagens do ‘estado liberal’: “A extinção do actual sistema de Segurança Social eliminaria os efeitos que presentemente se fazem sentir relativamente à falta de incentivo para a procura de trabalho, o que representaria, igualmente, um maior rendimento nacional corrente. Conduziria à poupança individual e, portanto, à formação de taxas de capital mais elevadas e de uma taxa de crescimento do rendimento mais acelerada. Estimularia o desenvolvimento e a expansão de planos de pensão privados, aumentando deste modo a segurança de muitos trabalhadores”(Cfr. M. e Rose FRIEDMAN, [2], 172-174).

responsabilidades perante determinados 'problemas sociais'. O seu ideário rejeita o objectivo de *redução das desigualdades*, em nome de um qualquer ideal de equidade e de justiça: as políticas que buscam realizar a justiça social distributiva são sempre encaradas como um atentado contra a liberdade individual. Milton Friedman é muito claro: "a este nível, a igualdade entra vivamente em conflito com a liberdade". E ele escolhe a liberdade, confiando em que esta assegure o maior grau de igualdade possível. É o regresso à tese smithiana de que o mecanismo do mercado realiza "a concordância admirável do interesse e da justiça", tornando indissociáveis a liberdade (económica), a eficiência económica e a equidade social ⁽⁶⁸⁵⁾.

Os neoliberais voltam, assim, as costas à cultura democrática e igualitária da época contemporânea, caracterizada não só pela afirmação da *igualdade* civil e política para todos, mas também pela busca da *redução das desigualdades* entre os indivíduos no plano económico e social, no âmbito de um objectivo mais amplo de libertar a sociedade e os seus membros da *necessidade* e do *risco*, objec-

⁽⁶⁸⁵⁾ Mais radical é Hayek ao defender que não tem sentido falar-se de justiça ou injustiça acerca da distribuição do rendimento operada pelo mecanismo do mercado (só teria sentido falar de *injustiça* na distribuição dos benefícios e dos ónus se ela fosse o resultado da acção deliberada de alguma pessoa ou grupo de pessoas, o que não é o caso) e ao defender que a expressão *justiça social* deveria ser abolida da nossa linguagem. "A expressão 'justiça social' não é, como a maioria das pessoas provavelmente sente - escreve Hayek - uma expressão inocente de boa vontade para com os menos afortunados, (...) tendo-se transformado numa insinuação desonesta de que se deve concordar com as exigências de alguns interesses específicos que não oferecem para tanto qualquer razão autêntica" (*apud* D. GREEN, 127). No limite, a confiança nas virtudes do mercado e da *free society* poderá levar mesmo à conclusão sem disfarce de que "a pobreza é o fruto da preguiça" (*William Simon, apud* P. ROSANVALLON, 89).



tivo que está na base dos modernos sistemas de segurança social ⁽⁶⁸⁶⁾.

Por nossa parte, cremos que a liquidação do estado-providência para que aponta o projecto friedmaniano de sociedade não é o caminho por onde passará a história futura do capitalismo. “São poucos aqueles que propõem que o relógio da história volte para trás”, nas palavras de Samuelson e Nordhaus. E isto porque, na nossa perspectiva, o estado-providência de inspiração keynesiana é um elemento de regulação estrutural do capitalismo contemporâneo, permitindo que o estado capitalista assegure, nas condições actuais, a conciliação das duas condições essenciais à sua sobrevivência e à sobrevivência do próprio sistema: garantir a acumulação do capital e salvaguardar a sua legitimação social. O sistema não pode dispensar uma estrutura como esta, ainda que carecida de algumas adaptações. Também nesta óptica a “revolução keynesiana” tem de ser assumida pelo capitalismo como uma “revolução permanente”.

Na sequência do que atrás fica dito, somos levados a aceitar a tese dos que sustentam que um dos pontos caracterizadores da ideologia das correntes neoliberais é o pressuposto de que o capitalismo só poderá desenvolver-se sem os sobressaltos das situações de depressão e desemprego, de inflação acelerada ou de inflação associada à estagnação económica (ou mesmo à baixa de produção) e ao desemprego, se se confirmar como a ‘civilização da desigualdade’, i.é, se se afastar das perniciosas preocupações e tendências igualitaristas do estado de bem-estar.

⁽⁶⁸⁶⁾ Cfr. P. ROSANVALLON, 33-37.

Este é um ponto de vista que tem sido sustentado para os chamados países subdesenvolvidos ⁽⁶⁸⁷⁾. Mas também no que se refere aos países capitalistas industrializados as correntes neoliberais inclinam-se hoje para atribuir à maior igualdade na distribuição do rendimento que se vinha registando nesses países a partir do fim da Segunda Guerra Mundial um importante papel na explicação da inflação e da estagnação que vêm marcando as respectivas economias ⁽⁶⁸⁸⁾.

Neste sentido, invoca-se que a acção do estado, assegurando a todos – através da política fiscal, da política salarial e da política social – rendimentos sensivelmente equivalentes, provoca, por um lado, a diminuição do estímulo ao esforço de produção ou de invenção, afirmando-se o princípio da responsabilidade colectiva da sociedade em vez do princípio da responsabilidade individual. Daqui resultaria uma produção inferior e, conseqüentemente, uma pressão inflacionista por insuficiência da oferta.

A maior igualdade na distribuição do rendimento, na medida em que dá lugar a um aumento imediato do consumo, seria, por outro lado, responsável pela diminuição da poupança espontânea de longo prazo das famílias. E desta diminuição resultaria uma redução do investimento (com a conseqüente quebra do ritmo de crescimento económico, a estagnação, i.é, o crescimento zero, ou mesmo, no limite, a diminuição da produção e até da capacidade de produção instalada) e/ou o relançamento da inflação (que financiará, graças ao aforro forçado, a que sujeita certos grupos sociais, uma parte do investimento, se não se quiser reduzir o seu montante).

Nesta perspectiva, seria mesmo irrelevante a distinção entre inflação-custos e inflação-procura, especialmente nas

⁽⁶⁸⁷⁾ Cfr. A. J. AVELÃS NUNES, [3].

⁽⁶⁸⁸⁾ Para uma visão de síntese, cfr. Ph. ROBERT, 332ss.



sociedades com uma elevada taxa de salarização da população activa. Esta característica constituiria, desde logo, um factor de igualização dos rendimentos e de aumento da propensão ao consumo, uma vez que os rendimentos do trabalho seriam menos desiguais que os rendimentos de outras proveniências e, para o mesmo nível de rendimento, os independentes e os empresários apresentariam maior propensão média ao aforro do que os assalariados.

Mas nas sociedades em que os salários representam a maior parte do rendimento global eles traduzem-se quase totalmente em consumo, alimentando uma parte substancial da procura global. Daí derivam alguns uma nova *lei de bronze dos salários* : os salários só podem (devem) aumentar moderadamente porque, constituindo eles a maior parte do rendimento global e destinando-se quase integralmente a despesas de consumo, os aumentos salariais provocam uma redução do aforro e desencadeiam efeitos inflacionistas por pressão da procura.

De acordo com este ponto de vista, a coerência e a eficácia do capitalismo dos primeiros tempos da revolução industrial – que assegurou um ritmo acelerado de crescimento económico aliado à estabilidade dos preços – dever-se-ia exactamente ao facto de os trabalhadores assalariados, graças ao baixo nível dos seus salários, produzirem mais do que aquilo que consumiam, e de os capitalistas, em favor de quem revertia o excedente assim libertado, pouparem e investirem sistematicamente uma parte dos seus elevados rendimentos.

Em finais do século XIX esta acentuada desigualdade de rendimentos começou a esbater-se, e daqui teriam derivado as condições favoráveis à ocorrência das crises que se foram repetindo ciclicamente nos países de economia capitalista até aos anos trinta do nosso século. Esta fase do



capitalismo, caracterizada por razoável crescimento económico sem inflação permanente e generalizada (salvo situações excepcionais, como na Alemanha em 1923 e na França em 1925 e em 1936) só teria sido possível, porém, graças à 'cura' imposta pelos períodos de depressão, que, essencialmente, significam a reposição (embora temporariamente) de uma forte desigualdade de rendimentos.

Com efeito, nos períodos de crise, os rendimentos baixam, designadamente os dos trabalhadores atingidos pelo desemprego. Por isso mesmo, apesar da baixa dos preços, o consumo diminui, permitindo o aumento do aforro, que se converte em investimento a partir do momento em que os salários tiverem baixado o suficiente para reduzir os custos de produção a tal ponto que de novo surgem os lucros que tornam o investimento atraente, num momento em que a abundância do aforro permite o seu relançamento sem tensões inflacionistas. As crises seriam assim ultrapassadas como que automaticamente, à custa da baixa acentuada dos rendimentos dos trabalhadores.

A partir da grande crise dos anos trinta, as economias capitalistas tornaram-se mais igualitárias e as crises cíclicas foram relativamente controladas graças às políticas de inspiração keynesiana. Só que agora, durante as fases de recessão, os salários e, mais recentemente, outros elementos importantes dos custos de produção (v.g. as matérias-primas e os recursos energéticos) revelam uma considerável resistência à baixa. A 'cura' por meio da crise não pode operar-se, portanto, ao menos exclusivamente, à custa da baixa dos salários e do sacrifício dos consumos dos trabalhadores. Na tentativa de relançarem a economia, perante a incapacidade de autofinanciamento das empresas, os governos aumentam os investimentos públicos, financiados por meios inflacionistas, uma vez que o consumo não baixa e o aforro

não aumenta o suficiente para cobrir os investimentos necessários.

De acordo com esta concepção, o maior grau de igualdade social das sociedades capitalistas contemporâneas, ao aumentar a procura global e ao diminuir o aforro, condená-las-ia, na melhor das hipóteses, a uma existência marcada pelo *stop and go* e, cada vez com mais frequência, a situações de *estagflação* ou mesmo de *slumpflação* ("slumpflation"): crescimento zero ou negativo acompanhado de taxas elevadas de inflação e de desemprego ⁽⁶⁸⁹⁾.

Perante situações de crise assim caracterizadas ficaria a nú o antagonismo entre a justiça social (aferida por uma distribuição mais igualitária dos rendimentos) e a eficácia económica, no quadro das economias capitalistas. Neste contexto, as medidas tendentes a aliviar as dificuldades das classes trabalhadoras promovendo a preservação do seu poder de compra e melhor justiça social à custa dos rendimentos dos mais ricos, acabariam por ter efeitos contraproducentes, agravando a estagflação: ao reduzir os rendi-

⁽⁶⁸⁹⁾ Mesmo autores como Samuleson e Nordhaus admitem que "o humanitarismo tem os seus custos", os quais se traduzem em que "taxas cada vez maiores de desemprego são actualmente necessárias para conter a inflação". "Isto acontece - explicam SAMUELSON/ NORDHAUS, 312/313 - devido ao facto de os países, ao defenderem os indivíduos das agruras da pobreza e do desemprego, os terem tornado mais resistentes às reduções dos preços e dos salários. Em períodos anteriores o capitalismo era mais eficiente mas também menos humano. Era um sistema em que os que não podiam trabalhar também não podiam comer. Sem senhas para aquisição de alimentos e sem segurança no emprego, pais e filhos ofereciam o seu trabalho em troca de pequeníssima contrapartida, trabalhando de manhã à noite, caminhando várias milhas por dia, se necessário. Os salários diminuía durante as depressões do século XIX, pois as famílias desempregadas quase não conseguiam sobreviver". Hoje, porém, concluem os autores, "são muito poucos aqueles que propõem que o relógio da história volte para trás, de regresso ao regime sem compaixão do capitalismo puro".

mentos (não salariais) dos ricos – que, admite-se, têm uma elevada propensão ao aforro/investimento – em benefício dos mais pobres, o estado contribui para aumentar a pressão da procura e para reduzir o investimento, acentuando a crise.

Vistas assim as coisas, podem encarar-se duas soluções alternativas:

1) Uma delas consiste em uma economia assente na colectivização da propriedade dos meios de produção, em que o excedente social é concentrado nas mãos do estado e em que ao estado competem também as decisões de investimento, possibilitando assim um sistema que pode ser igualitário, coerente e relativamente eficaz no plano económico.

2) Outra solução é a de uma economia capitalista neoliberal, a qual exigirá ou uma considerável desigualdade de rendimentos ou a adopção de medidas tendentes a neutralizar os efeitos estagflacionistas das políticas igualitárias, através da preservação ou da criação das condições indispensáveis para que a igualdade social não anule a formação de um volume conveniente de aforro individual produtivo.

Esta última solução é a daqueles que entendem que não é possível nem desejável o regresso a padrões passados de desigualdade social e que entendem também que a apontada contradição das sociedades capitalistas deve ser ultrapassada sem sacrificar a aspiração a um grau mais elevado de equidade. É esta a lógica de todas as práticas integradoras das forças antagónicas existentes na sociedade capitalista, do tipo do *capitalismo popular*, da participação dos trabalhadores (cogestão e participação nos lucros das empresas), do accionariado operário, as quais visam reduzir o salário directo, complementando-o com rendimentos de

outro tipo, de modo a encorajar e a favorecer o aforro produtivo por parte dos trabalhadores ⁽⁶⁹⁰⁾.

A solução que pressupõe a necessidade de uma desigualdade de rendimentos mais ou menos acentuada, aliada à ideia de que as economias capitalistas actuais só poderão funcionar de acordo com os princípios do liberalismo económico, é a que decorre das concepções de inspiração monetarista.

Uma tal política visa a criação de condições no mercado do trabalho semelhantes às que eram correntes antes da Segunda Guerra Mundial. Os seus defensores acreditam que só em tais condições é possível enfraquecer de modo permanente a força dos trabalhadores e das suas organizações, com vista a moderar as suas exigências salariais consideradas inflacionárias. Nas economias capitalistas de hoje não se verificariam mesmo os pressupostos da análise inscrita na *Curva de Phillips*, segundo a qual a redução da inflação poderia conseguir-se à custa de um aumento moderado do desemprego. Em virtude da força das organizações sindicais, os salários resistem à baixa, mesmo nos períodos de crise; em consequência da concentração monopolista ao nível das empresas, estas detêm forte poder de mercado para fixar de antemão as suas margens de lucro e para resistir à baixa dos preços dos seus produtos, mesmo em situações de recessão.

⁽⁶⁹⁰⁾ Dentro deste espírito e com o objectivo de "fazer sair os assalariados do seu exclusivismo salarial e consumidor", há quem defenda que seja paga em dinheiro apenas uma parte do salário (correspondente ao salário mínimo acrescido de uma certa percentagem do salário restante), sendo o excedente pago em títulos não negociáveis durante certo número de anos. Esta última parte dos salários seria deste modo convertida obrigatoriamente em aforro produtivo através de um esquema de empréstimo forçado, que teria a vantagem sobre a 'alternativa colectivista' de deixar aos aforradores a propriedade dos títulos e, em última análise, a propriedade dos meios de produção. Cfr. Ph. ROBERT, 367-369.

Em tais condições, a restauração do correcto funcionamento dos mecanismos do mercado obrigaría a pagar o preço de um enorme aumento do desemprego para se conseguir reduzir a inflação. É que para restaurar os lucros do sistema produtivo (factor indispensável ao relançamento do investimento, da actividade económica e do emprego) é necessário reduzir os salários reais e é esta redução que se espera do aumento do desemprego consequente à política monetária restritiva de efeitos recessivos ao nível da actividade económica ⁽⁶⁹¹⁾.

22.3.3. – Tendo em atenção as considerações anteriores, não podemos deixar de acompanhar Samuelson na sua preocupação – expressa em 1980, no México, em comunicação apresentada ao Congresso Mundial de Economistas – perante o risco que se corre, especialmente em tempo de crise, de se cair no “fascismo de mercado”, como consequência da tentação (e das tentativas, cada vez mais ameaçadoras), por parte dos grupos sociais e dos interesses económicos dominantes, de responsabilizar as organizações sindicais pelos males de que padece o capitalismo e de, em consequência, sacrificar os direitos históricos dos trabalhadores e a própria democracia política à salvação do ‘sistema de mercado’ e da ‘liberdade do mercado’ (i.é, dos interesses

⁽⁶⁹¹⁾ Partindo da caracterização das relações económicas no quadro do capitalismo como relações entre duas classes (o capital e o trabalho), H. Gintis e S. Bowles defendem que a “practical truth” do keynesianismo reside na rejeição da flexibilidade da taxa de salário como meio de eliminar um excesso de oferta de moeda e a rejeição de elevados níveis de desemprego como meio adequado para disciplinar o trabalho. A esta “keynesian carrot”, como instrumento de regulação das relações entre o capital e o trabalho através da “carrot strategy” caracterizadora do estado-providência, opõem-se os monetaristas e os neoliberais em geral, defensores do regresso à “stick strategy”, baseada no restabelecimento da flexibilidade do mercado de trabalho. Cfr. GINTIS/BOWLES.

do *Big Business*, dos grandes potentados multinacionais, apoiados, afinal, pelo *Big Government* que se diz querer destruir).

No que toca aos países da América Latina (que aqui podem bem representar todos os países do chamado Terceiro Mundo), a vida confirma, através de diversos tipos e situações de “fascismo dependente”, as acusações de vários autores às teses monetaristas. “Exaltam a liberdade política e os direitos individuais – escreve Raúl Prebisch referindo-se a Friedman e a Hayek. Mas não se dão conta de que nestas terras periféricas a vossa prédica só pode frutificar suprimindo essa liberdade e violando esses direitos”. Na síntese de um outro autor, nos países da América Latina “a *mão invisível* só pode vigorar se acompanhada da *manu militari*” ⁽⁶⁹²⁾.

Em termos mais gerais, há mesmo quem defenda que “uma política monetarista só pode funcionar se os governos puderem permanecer imunes à pressão popular, como acontecia no século dezanove”. Então, os ciclos podiam ser curtos ou longos. O *laissez-faire* funcionou porque os trabalhadores não estavam organizados (ou dispunham apenas de organizações muito deficientes), não dispunham de direitos políticos e quase não tinham acesso ao estado. Estas condições é que tornaram possível ao poder político ignorar impunemente o desemprego cíclico, qualquer que fosse a extensão e a profundidade dos ciclos.

À medida que os trabalhadores foram conquistando o direito ao sufrágio universal e a generalidade dos direitos civis e políticos (liberdade de expressão, direito de associação, etc.), o *laissez-faire* começou a perder viabilidade, por-

⁽⁶⁹²⁾ Cf. R. VILLAREAL, 430 e 450. Sobre os reflexos negativos dos “mitos de Milton Friedman” nos países da América Latina podem ver-se também vários estudos publicados em Rosario GREEN.

que os governos, passando a depender do voto popular, não puderam continuar alheios às vicissitudes do ciclo económico. O génio de Keynes ter-se-á traduzido, precisamente, segundo alguns, em conciliar a democracia política com a economia de mercado capitalista. Nas condições actuais, porém, dificilmente se compreende como poderão sobreviver, após longos períodos de depressão e de desemprego elevado, governos que dependem do voto popular em condições democráticas.

No entanto, os próprios monetaristas admitem que a sua política exigirá, antes de se atingir o nível correspondente à taxa natural de desemprego, um longo período de desemprego elevado e crescente. Este é o preço a pagar – defende M. Desai ⁽⁶⁹³⁾ – “para se atingir o verdadeiro objectivo [da política monetarista] de alterar a relação de forças entre o trabalho e o capital nas sociedades post-keynesianas”. Saber se o monetarismo é compatível com a manutenção das instituições democráticas – “este é o verdadeiro teste do monetarismo”, poderemos concluir com Meghnad Desai.

Importa salientar que as concepções individualistas e ‘laissez-fairistas’ que informam os vários monetarismos não podem desligar-se de certas correntes da filosofia política que acusam o “excesso de carga do governo” de ter conduzido à “ingovernabilidade das democracias” e o “excesso de democracia” de ter provocado a “crise da democracia”. Para os que assim pensam, o inflacionamento das responsabilidades atribuídas ao estado (i.é, dos objectivos atribuídos à política económica e social) terá gerado uma escalada nas expectativas das pessoas relativamente aos

⁽⁶⁹³⁾ Cfr. M. DESAI, [2], 225.

resultados que esperam da acção dos governos. E estes têm visto acrescidas as suas tarefas e alargada a esfera da actividade política; e têm visto aumentar as reivindicações e alastrar a politização de problemas vários; e têm sofrido a generalização dos conflitos sociais, emergentes até da dificuldade em cumprir as promessas eleitorais e em satisfazer as aspirações crescentes das comunidades. Daí resultaria a frustração de camadas sociais cada vez mais amplas, o afundamento dos governos e a *crise da democracia*.

Para fugir ao dilema *anarquia/Leviathan*, a solução estaria no revigoramento de uma organização política assente no contrato, nos direitos individuais e na propriedade privada, cabendo ao estado apenas a função de proteger a ordem social assim fundada e orientada de acordo com um princípio de maximização de interesses individuais que a *mão invisível* conciliaria.

Na esteira de Hayek, rejeita-se, como inimiga da liberdade, "a ilusão do homem à semelhança de Prometeu, alimentada por uma filosofia social de tipo construtivista", e proclama-se que "a civilização é o resultado de um crescimento espontâneo e não de uma vontade". Só a "ordem espontânea" consubstanciada no mercado asseguraria a *free society*. Qualquer propósito de intervenção do estado, mesmo que apenas para corrigir injustiças, é identificado como "o caminho da servidão", utilizando aqui o título do livro famoso de Hayek, publicado em Chicago em 1944 ⁽⁶⁹⁴⁾.

A este respeito, o Friedman de "Capitalism and Freedom" (1962) não hesita em colocar no mesmo plano os dois elementos que, a seu ver, ameaçam a preservação e a expansão da liberdade. Por um lado, o que podemos chamar

⁽⁶⁹⁴⁾ Cfr. H. LEPAGE, [2], 329-365; M. ROJAS MIX; D. GREEN, 109-150.

o *inimigo externo* (“a ameaça externa vinda do homem mau do Kremlin, que promete enterrar-nos”); por outro lado, o *inimigo interno* (“a ameaça interna, bastante mais subtil, vinda dos homens de boas intenções e de boa vontade que desejam reformar a sociedade (...) e obter grandes transformações sociais”, com base na ampliação da esfera de responsabilidade do estado e no alargamento do seu campo de intervenção) ⁽⁶⁹⁵⁾.

A solução passaria pela restauração da concorrência, pela morte do *Big Government*, pela desestatização da actividade económica, pela separação da esfera política (que competiria ao estado) da esfera económica (do foro exclusivo dos particulares), pela ‘libertação da sociedade civil’. E passaria, também, por um controlo social através de uma nova pedagogia de ‘disciplina’ dos professores e de reforço do papel dos pais nas escolas, pelo controlo das fontes de

⁽⁶⁹⁵⁾ Cfr. M. e Rose FRIEDMAN, [1], 201. A maior contradição desta lógica ‘libertária’ reside, se não erramos, em que a necessidade de dar combate ao ‘inimigo interno’ tem sido a pedra de toque e o denominador comum de todos os totalitarismos. Não será fácil negar o eco das teses friedmanianas no editorial do jornal oficioso da ditadura de Pinochet (“El Mercurio”, 27.6.76): “O estatismo é caro e ineficiente, mas além disso é injusto porque lesa os direitos fundamentais da pessoa e muito especialmente a sua verdadeira liberdade, que reside, mais do que na possibilidade de votar pelas suas preferências, no direito de dispor, sem intromissões alheias, de uma margem segura e inviolável para levar a cabo a sua vida, o seu trabalho e em geral as suas próprias iniciativas... Por trás destas noções equívocas prosperam com frequência os totalitarismos. Estes não são sinónimos dos regimes autoritários, do mesmo modo que a verdadeira natureza livre de um regime não depende da existência formal de eleições... O perigo do totalitarismo pode estar mais próximo do que imaginamos, mas os seus representantes encontram-se entre os que qualificam de fascista o governo militar e entre os que, invocando os direitos humanos ou mostrando um sentido populista, procuram debilitar a autoridade do regime” (apud M.Rojas MIX, 133).

informação, pela marginalização dos intelectuais nocivos e dos grupos que lhes estão próximos ⁽⁶⁹⁶⁾.

É notório que esta lógica transporta no seu seio uma crítica à filosofia informadora e à prática concretizadora da democracia económica e social que ganhou foros de constitucionalidade em bom número de países, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. E é notório também que ela arrasta consigo projectos de orientação totalitária, considerados como que o fruto necessário do *excesso de carga do governo* e da *ingovernabilidade das democracias*, do *excesso da democracia* e da *crise da democracia*, mas considerados também – e talvez primordialmente – como a solução desejada para acabar com o ‘escândalo’ dos *opressivos monopólios do trabalho* por parte de quantos proclamam que “os sindicatos começam a ser incompatíveis com a economia de livre mercado”.

Salve-se o mercado, fonte pura e única da liberdade económica e da liberdade política, e acabe-se com os sindicatos, com a contratação colectiva dos salários, com as políticas de redistribuição do rendimento e com as políticas de pleno emprego, com a legislação do salário mínimo, com os subsídios de desemprego, com as garantias da segurança social, com a legislação reguladora dos despedimentos e com todas as ‘imperfeições’ e ‘impurezas’ que vêm perturbar o bom funcionamento de uma sociedade que se ficciona ser composta por homens livres e iguais. E acabe-se também, é claro, com tudo o que esteja ao serviço destas conquistas históricas das sociedades humanas. E domesticuem-se os professores. E controlem-se as fontes de infor-

⁽⁶⁹⁶⁾ Estas outras propostas constam de um relatório apresentado por M. Crozier, S.P. Huntington e J. Watanuki à *Comissão Trilateral* (“The Crisis of Democracy: Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission”, N. York, 1975), referido por J. CANOTILHO, 338/ 339.